



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE PARANAVAÍ  
COLEGIADO SERVIÇO SOCIAL

Nathalia de Almeida dos Santos

**Serviço Social no NUMAPE e o Acesso à Justiça no Estado do Paraná:**  
desafios profissionais em ações extensionistas de enfrentamento à violência contra  
mulher

Paranavaí

2024

Nathalia de Almeida dos Santos

**Serviço Social no NUMAPE e o Acesso à Justiça no Estado do Paraná:**  
desafios profissionais em ações extensionistas de enfrentamento à violência contra  
mulher

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social do Campus de Paranavaí da Universidade Estadual do Paraná como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Serviço Social

Orientadora: Profa. Dra. Keila Pinna Valensuela

Paranavaí

2024

de Almeida dos Santos, Nathalia  
Serviço Social no NUMAPE e o Acesso à Justiça no  
Estado do Paraná: desafios profissionais em ações  
extensionistas de enfrentamento à violência /  
Nathalia de Almeida dos Santos. -- Paranavaí-PR, 2024.  
101 f.: il.

Orientador: Keila Pinna Valensuela.  
Trabalho de Conclusão de Curso, Serviço Social -  
Universidade Estadual do Paraná, 2024.

1. Violências de gênero. 2. Acesso ao direito e à  
justiça no âmbito extensionista. 3. Serviço Social. I -  
Pinna Valensuela, Keila (orient). II - Título.

Nathalia de Almeida dos Santos

**Serviço Social no NUMAPE e o Acesso à Justiça no Estado do Paraná:**  
desafios profissionais em ações extensionistas de enfrentamento à violência contra  
mulher

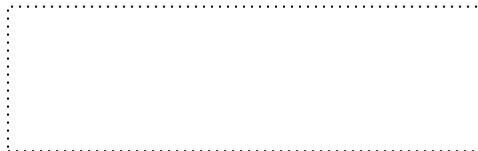
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de  
Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social

Paranavaí, 06 de dezembro de 2024.

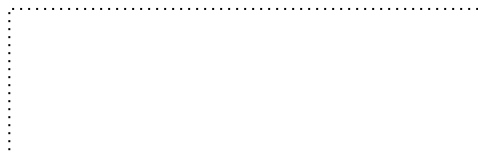


Profa. Dra. Priscila Semzezem Saes  
Coordenação do Curso

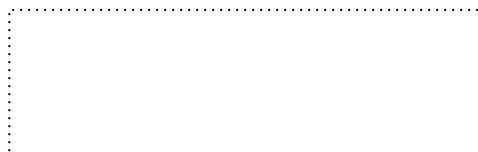
**Banca examinadora**



Profa. Dra. Keila Pinna Valensuela  
Orientadora



Profa. Dra. Thaís Gaspar Mendes da Silva  
Universidade Estadual do Paraná - Campus Paranavaí



Prof.(a), Dr.(a) Isabela Maria Marassi Rubira  
Universidade Estadual do Paraná - Campus Paranavaí

Paranavaí, 2024.

Dedico, exclusivamente, a minha mãe, sobrevivente das múltiplas formas de violências tipificadas na Lei Maria da Penha. Sua experiência marcada por dores e lutas, expõe as contradições de uma sociedade que ainda impõe desigualdades de gênero, mas também revela uma trajetória de resistência necessária para a transformação dessas realidades.

## **AGRADECIMENTOS**

Após um período de pensamentos centralizados em frustrações, intensificados pelas expressões da questão social que permeiam no meu contexto familiar e experiências pessoais, chegou o momento de reconhecer e agradecer aqueles que contribuíram para a concretização deste trabalho. Sem vocês, eu não teria encontrado a motivação necessária para perseverar.

Primeiramente, agradeço à minha mãe, Marinês de Almeida Andrade, a maior representatividade do gênero feminino que eu poderia ter. Por me ensinar que ser corajosa é sobreviver às adversidades diárias. Se hoje tenho gosto pela escrita, é graças ao carinho com que guardou cada cartinha que eu lhe escrevia. Guardo na memória, com profundo afeto, todas as vezes em que você esteve presente nas minhas apresentações escolares, especialmente as do Dia dos Pais, usando seu uniforme azul de cortadora de cana. Essa imagem é uma das melhores lembranças da minha adolescência. Você foi meu primeiro lar e será para sempre meu eterno amor. Obrigada por tudo que sou!

À minha avó materna, "vó Tereza", devo muito da minha essência comunicativa. Nas poucas, mas preciosas memórias de infância, as melhores a senhora se faz presente. Desde as longas conversas, em que pacientemente escutava minhas histórias sem fim, até o sabor inesquecível do doce de leite caseiro. Mesmo sem acesso à educação formal, a sua sabedoria, moldada pela vida, sempre me inspirou.

Agradeço à Profa. Dra., Keila Pinna Valensuela, que, antes mesmo de se tornar minha orientadora de TCC, aceitou o desafio de guiar meus passos na pesquisa científica por meio do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas (GTPP). Obrigada por me ensinar que o esforço e a perseverança nos levam para além da nossa realidade social. Sob sua orientação, aprendi a superar limites que jamais imaginei alcançar. Como já disse antes: "Quando eu crescer, quero ser como você!"

Ao meu melhor amigo e irmão, Lucas, que, há oito anos, se tornou uma das pessoas mais especiais da minha vida. Mesmo diante da minha ausência nos últimos dias, você nunca poupou esforços para demonstrar seu afeto e admiração. Toda palavra de sabedoria que venha de você fortalece o meu ser. Obrigada por acreditar

em cada um dos meus sonhos, por me fazer enxergar que nossas experiências, por mais difíceis que sejam, nos moldam e nos tornam resistentes.

À amiga Lucimara, que poucos a conhecem, mas que tem um espaço reservado na minha vida acadêmica e pessoal. Embora não estivéssemos juntas ocupando o mesmo espaço geográfico, no meu coração e pensamento você sempre esteve presente. Sou grata pelas vezes em que você ofereceu seu colo como refúgio e, mesmo com os “puxões de orelha”, me ajudou a seguir em frente.

Agradeço minhas futuras colegas de profissão, Tamiras, Jéssica e Talita. A todas, minha gratidão por estarem comigo nessa jornada, por compartilharem não apenas os desafios, mas também as pequenas vitórias. Em especial, minhas queridas amigas Thalia, Ellen, Rafaelly e Izabela por terem sido meu alicerce durante essa trajetória, sobretudo até as dores serem cicatrizadas. Eu era só mais uma na estatística antes de conhecê-las e aprender com cada uma de vocês. Obrigada por cada troca crítica e reflexiva, por me ajudarem a entender que nossas experiências, além de pessoais, são também políticas. Guardarei cada memória com vocês como parte de minha formação profissional e pessoal, que vai muito além do campo acadêmico.

Ao meu tio José (Zé), minha primeira e mais marcante figura paterna e do gênero masculino, agradeço por todo o amor e por sempre me fazer sentir feliz e segura, e que apesar das nossas contradições pessoais segue acreditando em tudo que me proponho a fazer e ser.

À minha primeira supervisora de campo e referência profissional, Adriele de Souza da Silva, por tudo que aprendi e pretendo ser. Obrigada por toda paciência e dedicação para que eu pudesse chegar onde cheguei, cuja orientação me levou a refletir, questionar e, acima de tudo, a entender que o Serviço Social vai muito além da aplicação de normas.

Agradeço às coordenações dos Núcleos Maria da Penha (NUMAPE) pela disponibilidade e pelo acesso aos documentos que foram fundamentais para a concretização desta pesquisa. Em especial, ao campus de Paranavaí, onde tive minha primeira experiência no campo de estágio. Destaco os agradecimentos as profissionais que contribuíram com esse processo, bem como a assistente social Soleide que, apesar da recente aproximação, aprendi a encarar a vida de uma forma mais descontraída, como diria ela mesma: *“a vida é um role/corre”*. Às advogadas

Caroline, Jéssica e Karine por demonstrarem que o Direito vai além da concepção positivista e que ainda é possível o acesso à justiça de forma coerente e ética. Estendo os agradecimentos as estagiárias do Direito por todo carinho e troca cotidiana.

Expresso minha gratidão às assistentes sociais que se dispuseram a colaborar com a realização desta pesquisa. Cujas disponibilidade e contribuição foram essenciais para o desenvolvimento do processo investigativo, oferecendo uma análise crítica que vai além da superficialidade.

Agradeço ao grupo de pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas (GTPP) pelo acolhimento e pela primeira aproximação com a pesquisa científica, pela qual contribuiu para a minha formação. A integração com pessoas de diferentes áreas do conhecimento e da militância, demonstra que a nossa luta é constante e diária, como diria a professora Dra. Maria Inez Barboza Marques, principal responsável pelo grupo.

Por último, mas com igual importância, expresso minha gratidão ao Colegiado de Serviço Social. A cada professora e professor que, com comprometimento e dedicação, contribuíram não apenas para minha formação acadêmica, mas para a construção de um senso crítico indispensável à prática profissional. As discussões em sala de aula me levaram a compreender a realidade de forma crítica, ultrapassando o campo das aparências e demonstrando que o Serviço Social é, antes de tudo, uma profissão que carrega um projeto ético-político voltado para a emancipação coletiva e a superação das desigualdades. Em especial, a professora Priscila Semzezem, pelas contribuições e apontamentos feitos no diário de campo, enquanto ainda era minha supervisora acadêmica, sempre proporcionando uma postura investigativa do exercício profissional.



## RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto os desafios profissionais para a atuação do Serviço Social no Núcleo Maria da Penha do Estado do Paraná, no que diz respeito ao atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, no âmbito extensionista e de acesso à justiça. Para tanto, objetiva-se problematizar a violência de gênero na sociedade patriarcal e capitalista e seus rebatimentos, assim como discutir as políticas públicas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, na perspectiva dos direitos humanos. Além disso, visa apontar os limites e possibilidades de projetos extensionistas no acesso à justiça e refletir sobre o exercício profissional da(o) assistente social frente à violência contra mulheres no âmbito extensionista. O trabalho em questão trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de abordagem explicativa, realizada em dois momentos: no primeiro, temos a revisão bibliográfica e documental e, posteriormente, a pesquisa de campo. Esta última se realizou por meio de entrevistas semiestruturadas remoto-presencial com três assistentes sociais que atuam nos NUMAPES da UNESPAR de Paranavaí, UNIOESTE de Toledo e na UEPG de Ponta Grossa. Dialeticamente, a análise proposta se deu por meio de categorias analíticas e empíricas. Dessa forma, os resultados da pesquisa teórica, documental e empírica, portanto, revelam desafios desde problemas estruturais e operacionais até questões de reconhecimento e valorização profissional. Reconhecemos que a maioria das implicações apontadas diz respeito a natureza pública do Núcleo, sobretudo a atuação extensionista, todavia é um dos mecanismos importantes para que essas mulheres em situação de violência possam romper com o cenário de opressão vivenciado e se desvincular da relação com os autores de violência.

**Palavras-chave:** Violências de gênero; Acesso ao direito e à justiça no âmbito extensionista; Serviço Social.

## ABSTRACT

The purpose of this research is to discuss the professional challenges for Social Work in the Maria da Penha Center in the state of Paraná, in terms of assisting women in situations of domestic and family violence, in the context of extension and access to justice. To this end, the aim is to problematize gender violence in patriarchal and capitalist society and its repercussions, as well as to discuss public policies to combat domestic and family violence against women, from a human rights perspective. It also aims to point out the limits and possibilities of extension projects in terms of access to justice, and to reflect on the professional practice of social workers in the face of violence against women in the extension sphere. The work in question is a qualitative study, with an explanatory approach, carried out in two stages: first, a bibliographical and documentary review, and then field research. The latter was carried out through remote face-to-face semi-structured interviews with three social workers who work at the NUMAPEs at UNESPAR in Paranavaí, UNIOESTE in Toledo and UEPG in Ponta Grossa. Dialectically, the proposed analysis was based on analytical and empirical categories. The results of the theoretical, documentary and empirical research therefore reveal challenges ranging from structural and operational problems to issues of professional recognition and appreciation.

**Keywords:** Gender violence; Access to law and justice in the extension field; Social work.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Núcleos Maria da Penha no Estado do Paraná .....	16
Figura 2 – Mapeamento referente aos serviços, programas e projetos de apoio as mulheres em situação de violência .....	39

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização dos municípios da amostragem.....	20
Quadro 2 – Categorias análitcas e empírcas .....	21
Quadro 3 – Recursos humanos do NUMAPE por convênio.....	48
Quadro 4 – Composição da equipe por portes, modalidades de bolsas e outras despesas – NUMAPE.....	49
Quadro 5– Avaliação de desempenho dos projetos .....	50
Quadro 6 – Quadro de Usos e Fontes .....	52
Quadro 7 – Atribuições do (a) profissional e estudante de graduação da área de Direito ..	55
Quadro 8 – Atribuições da (o) profissional e estudante de graduação da área do Serviço Social .....	56
Quadro 9 – Identificação profissional da amostragem .....	65

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CEDM/PR	Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CF	Constituição Federal
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRAM	Centro de Referência de Atendimento à Mulher
DEAMs	Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
EG	Encomenda Governamental
IES	Instituição de Ensino Superior
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NUMAPE	Núcleo Maria da Penha
PUC-PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PROEX	Pró-Reitorias de Extensão
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
SEJU	Secretaria de Justiça
SEJUF	Secretaria Estadual da Justiça, Família e Trabalho
SETI	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
TC	Termo de Cooperação
UEF	Unidade Executiva do Fundo Paraná
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UENP	Universidade Estadual do Norte do Paraná
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UEL	Universidade Estadual de Londrina

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2. VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA DISCUSSÃO NO CONTEXTO DA QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS.....</b>	<b>22</b>
2.1 SOCIEDADE PATRIARCAL E CAPITALISTA: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO. ....	22
2.2 A POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES NO BRASIL: PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS.....	27
<b>3. O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES, NO QUE SE REFERE AO ACESSO À JUSTIÇA NO ÂMBITO EXTENSIONISTA.....</b>	<b>41</b>
3.1 ACESSO À JUSTIÇA, A PARTIR DE PROJETOS EXTENSIONISTAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS NUMAPES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ .....	42
3.2 TRABALHO EM EQUIPE NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR E INTERSETORIAL .....	53
3.3 SERVIÇO SOCIAL NOS NUMAPES: DESAFIOS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL.....	62
<b>4. CONCLUSÃO .....</b>	<b>ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) ...</b>	<b>89</b>
<b>APÊNDICE B- TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS .....</b>	<b>92</b>
<b>APÊNDICE C- TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO.....</b>	<b>93</b>
<b>APÊNDICE D- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA .....</b>	<b>95</b>
<b>ANEXO A- PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....</b>	<b>97</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A proposta de pesquisa tem como delimitação de objeto os desafios profissionais para a atuação do Serviço Social no Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) do Estado do Paraná, no que diz respeito ao atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, no âmbito extensionista e de acesso à justiça.

Para desenvolver esta pesquisa, partiu-se da seguinte problematização: quais são os desafios profissionais para a atuação do Serviço Social no Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) do Estado do Paraná, no que diz respeito ao atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, no âmbito extensionista e de acesso à justiça?

O interesse pela temática surgiu mediante a experiência no campo de estágio, NUMAPE da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) Campus Paranavaí, iniciado em 2023, e se intensificou a partir das sistematizações no Diário de Campo, sendo possível relacionar a teoria e a prática no exercício profissional da(o) assistente social, bem como as contradições e os limites postos na realidade vivenciada.

Nessa direção, ao tratarmos da atuação do Serviço Social, Carvalho e Iamamoto (2000, p. 77), enfatizam que “O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana [...]”. Sendo assim, entende-se como uma profissão que se encontra inserida na divisão social do trabalho e que atua em diferentes espaços ocupacionais como vendedor de sua força de trabalho.

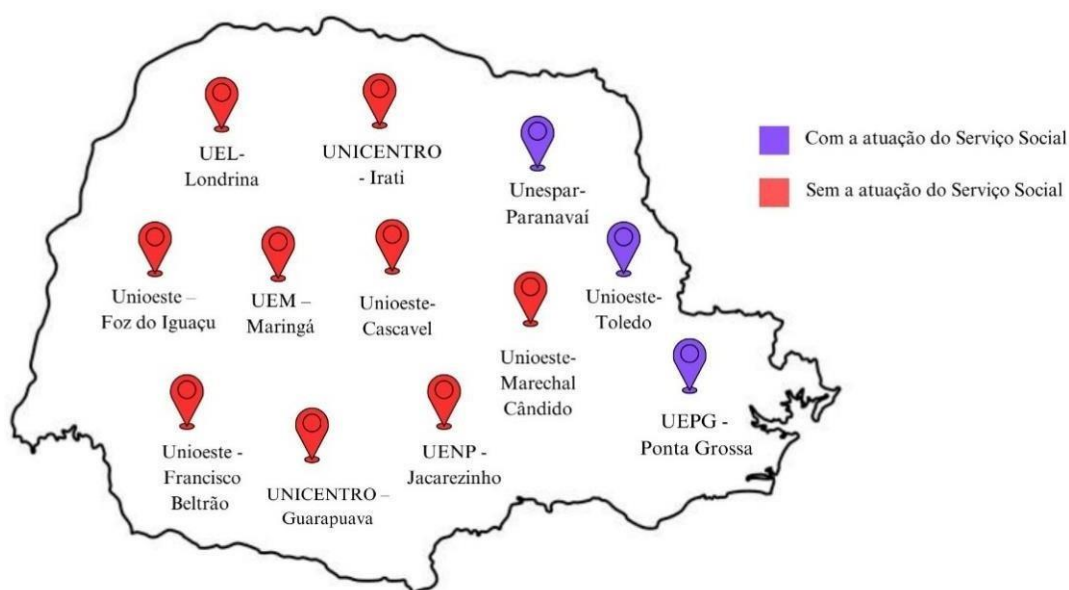
Dentre estes espaços de atuação do Serviço Social, incluem-se os Projetos de Extensão implantados nas Universidades Estaduais Paranaenses, como é o caso do NUMAPE. Contudo, vale ressaltar que, durante o processo desta pesquisa, a partir da Encomenda Governamental nº 09/2024, foi redefinida a caracterização de projeto para programa de extensão, uma mudança substancial na natureza do Núcleo.

Sendo financiado com recursos do Fundo do Paraná, está vinculado à Unidade Executiva do Fundo Paraná (UEF), da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI). Atualmente, são doze NUMAPES implantados, bem como: Universidade Estadual de Londrina (UEL) *campus* Londrina; Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) *campus* Paranavaí; Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) *campus* Foz do Iguaçu, Toledo, Cascavel, Francisco Beltrão e Marechal

Cândido Rondon; Universidade Estadual de Maringá (UEM) *campus* Maringá; Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) *campus* Guarapuava e Irati; Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) *campus* Ponta Grossa; e Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) *campus* Jacarezinho.

Bem como exemplificamos no mapa abaixo para demonstrar o universo da pesquisa:

Figura 1- Núcleos Maria da Penha no Estado do Paraná



Fonte: pelas autoras, 2024.

O NUMAPE, em linhas gerais, tem por objetivo desenvolver ações que promovam o acolhimento e o atendimento jurídico, social, psicológico e/ou pedagógico gratuito para o acesso à justiça às mulheres que estejam em situação de violência e que necessitam da proteção para que lhes seja assegurada a tutela de seus direitos, bem como fortalecer a rede de proteção e a população acerca dos direitos das mulheres, objetivando o efetivo cumprimento da Lei Maria da Penha, principalmente o cumprimento do artigo 27 da Lei (Paraná, 2021).

A violência doméstica contra a mulher consiste em um dos principais indicadores da violência de gênero. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), aponta que no Brasil, em 2023, cresceram os índices de todas as formas de criminalidade marcadas pela violência de gênero que atingem centenas de mulheres em todo o país. Conforme a pesquisa, tratando-se dos dados de lesão corporal dolosa, aponta-se o aumento de 34, 4% totalizando 23.886 casos; as



ameaças cresceram 16,5% resultando em 778,921 casos; e os acionamentos ao 190, número de emergência da Polícia Militar, chegaram a 848.803 ligações; já os feminicídios cresceram 0,8%, cerca de 1467 casos. Acrescenta-se que a proporção de feminicídios comparados aos homicídios de mulheres teve percentual 37,3% a mais que no ano anterior.

Ainda se tratando das diversas formas de violências de gênero, faz-se necessário trazer essa realidade para o Estado do Paraná. Conforme aponta o Anuário, é perceptível que, de um ano para o outro, houve aumento expressivo, bem como revelam os dados: os casos de lesão corporal dolosa tiveram um aumento de 9,8%; as ligações para o 190 de natureza violência doméstica representaram 12% a mais; assim como as medidas protetivas de urgência distribuídas com variação de 21,3% de um ano para o outro.

À vista disso, é considerada uma das expressões da questão social, a violência doméstica e familiar, que decorre da desigualdade existente nas relações de poder entre homens e mulheres, caracterizada como expressão da supremacia patriarcal e capitalista. Saffioti (2015, p. 47) pondera que o patriarcado “é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”, assim, entende-se que as relações sociais de sexo (masculino e feminino), no âmbito do sistema patriarcal capitalista foram e continuam sendo um padrão de submissão das mulheres em sociedade e sustentam, indiretamente, a violência contra a mulher.

Neste contexto, no que diz respeito à atuação do Serviço Social no NUMAPE, o processo de trabalho da(o) assistente social fica no limite entre as demandas que são de sua competência profissional e atribuições privativas e as demandas que são específicas da instituição, uma vez que o Termo de Cooperação (TC nº 028/2021) do NUMAPE, emitido pelo governo do Estado do Paraná, no qual estabelece como prioridade o acesso à justiça, bem como, certifica em seu artigo 11 “obrigatória a área de Direito para todos os Núcleos, ficando a critério da instituição proponente a escolha de mais uma das seguintes áreas para integrar o Programa: Psicologia ou Serviço Social ou Pedagogia” (Paraná, 2021).

Sendo assim, foram organizados dois capítulos. O primeiro, denominado por “violência de gênero: uma discussão no contexto da questão social, políticas públicas e direitos humanos” foi direcionado para apresentar elementos que contribuem para a compreensão da violência de gênero, a partir de uma discussão no contexto da questão social, políticas públicas e direitos humanos, que perpassa pelas

contradições das relações sociais de gênero. Já o segundo, capítulo intitulado “O exercício profissional da/o assistente social no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, no que se refere ao acesso à justiça no âmbito extensionista”, aprofunda a discussão sobre a atuação do Serviço Social no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres fomentada pelas desigualdades de gênero. Ele aborda como as iniciativas extensionistas das universidades têm contribuído para ampliar o acesso à justiça, ao mesmo tempo que expõe desafios enfrentados por esses profissionais no cumprimento dessa função, mediante os limites institucionais, estruturais, físicos, materiais, orçamentários e de recursos humanos.

Para tanto, estabelecemos como objetivo geral desta pesquisa: analisar os desafios profissionais para a atuação do Serviço Social no Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) do Estado do Paraná, no que diz respeito ao atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, no âmbito extensionista e do acesso à justiça.

E como objetivos específicos, elencamos: problematizar a violência de gênero na sociedade patriarcal e capitalista e seus rebatimentos; discutir as políticas públicas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, na perspectiva dos direitos humanos; apontar os limites e possibilidades de projetos extensionistas no acesso à justiça; assim como refletir sobre o exercício profissional da/o assistente social frente à violência contra mulheres no âmbito extensionista.

Para alcançar os objetivos propostos, partimos da concepção de que o conhecimento científico faz parte do processo de investigação da realidade. Assim sendo, para a realização desta pesquisa, utilizamos o método dialético de Marx. Que apesar de não ter publicado um texto específico, autores como Netto (2011) enfatizam que o método dialético não resulta de descobertas, mas de uma demorada investigação dos fatos, é a perspectiva concreta do real, como forma de explicar a realidade sobre algo por meio de um conjunto de proposições, exigindo um exame minucioso do objeto de pesquisa.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, o que não implica no descarte de dados quantitativos, que por sua vez sistematiza e complementa elementos para qualificar a realidade analisada. A pesquisa qualitativa pressupõe dados e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, pois “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relação humana [...]” (Minayo, 2001, p.22).

Nessa direção, iniciamos a pesquisa, a partir de revisão bibliográfica, com a utilização de materiais, como: livros, artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso,

teses e dissertações de autoras(os) especializadas(os) na temática. Dentre elas(es), autoras(os) que discutem questão social, violência doméstica e familiar, patriarcado, políticas públicas, sobretudo, relações sociais de gênero. As principais fontes levantadas foram: Carloto (2018); Cisne (2018); Iamamoto e Carvalho (1983); Kergoat (2009); Saffioti (2015); Silva et. al (2023), entre outros autores.

Também foi realizada pesquisa documental que, segundo Gil (2008, p.51), trata-se do levantamento “[...] de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Neste caso, os documentos a serem analisados, inicialmente, foram: Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, assim como Planos Estadual; Relatórios das Conferências Nacional e Estadual; e Leis que fomentam a discussão, como a Lei nº 11.340/2006 - Maria da Penha.

Ainda tratando-se da análise documental, foram utilizados documentos da amostra dos campos de estudo, tais como: Termo de Convênio, Editais, Ato Administrativo, Plano de Trabalho do Serviço Social, Plano de Trabalho do NUMAPE, relatórios mensais e anuais, dentre outros. Para tanto, cabe elucidar que tanto para a análise documental quanto para a pesquisa de campo foram submetidos os Termos de Ciência pelo responsável pelo campo de estudo, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Compromisso de Utilização de Dados, sendo aprovados para esta pesquisa conforme o Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (em anexo).

Tendo em vista que o universo da pesquisa, corresponde aos doze NUMAPes, elencamos como tamanho da amostra, de modo específico, três núcleos com a atuação do Serviço Social, sendo eles: UNESPAR- Paranavaí, UNIOESTE-Toledo e UEPG- Ponta Grossa. Para tanto, a pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas na modalidade remoto-presencial, cuja a finalidade foi analisar os desafios profissionais para a atuação do Serviço Social no Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) do Estado do Paraná, no que diz respeito ao atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, no âmbito extensionista e do acesso à justiça.

A partir disso, a despeito de informação, cabe apresentarmos, brevemente, a caracterização dos municípios delimitados na amostragem da pesquisa com base no Caderno de Informações Municipais disponibilizado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2024):

Quadro 1 – Caracterização dos municípios da amostragem.

Municípios	População	Área	Localização	Economia
Ponta Grossa e distritos	358.371 habitantes (porte maior)	2.054,732 km <sup>2</sup>	2º Planalto Paranaense da região dos Campos Gerais- Sul	Metal mecânico, agroindustrial e o madeireiro
Toledo e distritos	158.620 habitantes (porte médio)	1.197 km <sup>2</sup>	Oeste do Paraná	Agroindústria, comércio e serviços
Paranavaí e distritos	95.525 habitantes (porte menor)	1.202,266 km <sup>2</sup>	Noroeste do Paraná	Agroindústria, comércio e serviços

Fonte: pelas autoras, 2024.

A partir do exposto, ponderamos que apesar da necessidade de indicadores sociais e de como o município está organizado, no que diz respeito a implementação de políticas públicas, geralmente quanto maior o número de habitantes, maior é a demanda por serviços e recursos destinados. Embora não seja uma regra, essa relação implica na necessidade de implementar políticas públicas e mecanismos de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, uma vez que os dados quantitativos reforçam a relevância de cada projeto para o Estado.

Por fim, a partir de uma abordagem explicativa, apresentaremos as categorias analíticas e empíricas, como no quadro abaixo:

Quadro 2- Categorias analíticas e empíricas.

CATEGORIA ANALÍTICA	CATEGORIA EMPÍRICA
Violência Doméstica	<ul style="list-style-type: none"><li>• Gênero</li><li>• Machismo</li><li>• Patriarcado</li><li>• Divisão sexual</li></ul>
Políticas Públicas para o enfrentamento da violência contra as mulheres.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Acesso à justiça</li><li>• Projeto de extensão</li><li>• Garantia de direitos</li></ul>
A intervenção da Assistente Social no enfrentamento a violência contra a mulher	<ul style="list-style-type: none"><li>• Atribuições e Competências</li><li>• Instrumentais técnicos-operativos</li><li>• Autonomia relativa</li><li>• Condições de trabalho</li><li>• Demandas institucionais</li></ul>

Fonte: pelas autoras, 2024.

Para tecer as conclusões deste trabalho científico, retomamos a delimitação e problematização do objeto, e os objetivos geral e específicos da pesquisa, sintetizando os resultados alcançados.

## **2. VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA DISCUSSÃO NO CONTEXTO DA QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS**

Este capítulo, denominado por “violência de gênero: uma discussão no contexto da questão social, políticas públicas e direitos humanos” foi direcionado para apresentar elementos que contribuem para a compreensão da violência de gênero, a partir de uma discussão no contexto da questão social, políticas públicas e direitos humanos, que tem fundamento o patriarcado e o capitalismo.

Para tanto, foi dividido em dois subtópicos, bem como “Sociedade patriarcal e capitalista: notas introdutórias sobre relações sociais de gênero”, que tem como objetivo apresentar discussões acerca do controle e a exploração que o patriarcado desenvolveu e desenvolve sobre a mulher pelo qual interfere diretamente nas relações sociais entre os sexos masculino e feminino, sob uma ordem de hierarquização imposta no processo de desenvolvimento cultural, econômico, político e social que perpassa na reprodução de valores morais.

Já o segundo tópico, intitulado como “A política de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil: programas, projetos e serviços”, tem como foco discorrer sobre o processo de inserção dos direitos das mulheres na perspectiva de enfrentamento a violência contra as mulheres no Brasil e no Estado do Paraná. Assim, busca-se apresentar programas, projetos e serviços para a efetivação de mecanismos de combate e políticas públicas para as mulheres a fim de promover rupturas sociais e históricas.

### **2.1 SOCIEDADE PATRIARCAL E CAPITALISTA: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO.**

É pertinente iniciar as discussões sobre as relações sociais de sexo a partir da perspectiva do patriarcado e da exploração capitalista, considerando que essa “ordem” imposta nas relações sociais de poder contribuíram para a exclusão das mulheres nos mais diversos âmbitos. Bem como expõe Silva et. al. (2023, p.19) ao enfatizarem,

[...] que as vivências cotidianas estabelecidas nas classes sociais entre os gêneros – masculino e feminino –, sob a ótica do patriarcado e da exploração convergem na exclusão social, econômica política e cultural das mulheres em

diferentes espaços determinam as vivências cotidianas de desigualdade na vida em sociedade.

Nesse viés, faz-se necessário elucidar a etimologia da palavra patriarcado, que vem do grego *patriarkhēs*. Hionara (2022) explica que vem da derivação da palavra patriarca, que significa: pátria (família ou tribo) e arkos (chefe), ou pater (pai) e arché (poder). Dessa forma, sua junção remete ao chefe da família, evidenciando que o patriarcado se caracteriza como uma formação social, em um determinado período histórico, em que os homens se consideram superiores às mulheres e detêm o poder sobre o corpo e a vida delas em sociedade.

Cisne e Santos (2018) entendem que o patriarcado, embora atinja de forma estrutural a sociedade, seus rebatimentos são direcionados às mulheres, uma vez que a base que o sustenta é de privilégio e dominação masculina relacionados à depreciação da vida social, cultural e econômica das mulheres e do que é identificado ou compreendido como feminino, assim como as travestis e as mulheres transsexuais. Portanto, ainda que o sistema patriarcal não se restrinja ao sexo biológico da mulher, em concordância com as autoras, esse sistema vigente permeia a construção social do sexo feminino e associa a figura feminina como frágil, desvalorizada e de submissão ao homem, que por sua vez, é denominado como sinônimo de força, poder e dominação.

Conforme exposto, o controle e a exploração que o patriarcado desenvolveu e desenvolve sobre a mulher interferem diretamente nas relações sociais entre os sexos masculino e feminino, sob uma ordem de hierarquização imposta no processo de desenvolvimento cultural, econômico, político e social que perpassa na reprodução de valores morais. Ainda de acordo com Cisne e Santos (2018, p. 44), o patriarcado “[...] sob um ‘modelo’ heterossexual obrigatório de naturalização dos sexos, vieram para atender a dois interesses”, sendo eles: a garantia de controle sobre as (os) filhas (os), no sentido de reprodução da força de trabalho que significava o acúmulo de riqueza; e a perpetuação de riqueza assegurada aos homens por meio da herança. Ou seja, esse modelo vigente, até os dias de hoje, tem como principal intuito a objetificação do corpo da mulher para a reprodução da força de trabalho, para a produção de riqueza através de herdeiros e, conseqüentemente, de novas reprodutoras.

É preciso ter em mente que ele não surgiu sem uma base material e sócio-histórica, foi estruturado através de relações concretas, dentre elas:

[...] 1) as relações sociais de sexo/sexualidade; 2) a constituição da família heteropatriarcal-monogâmica associada controle sobre a subjetividade e o corpo (e seus produtos- como o controle da procriação e a criminalização do aborto) da mulher e do que é associado ao feminino em toda sua heterogeneidade de expressão; 3) a divisão sexual e racial do trabalho; 4) a violência contra a mulher e a população LGBT (Cisne; Santos, 2018, p. 45).

Tais relações são compreendidas como suporte para manter a reprodução dessa ordem social, mais precisamente, a permanência da dominação e supremacia masculina instituída em vários mecanismos sociais, como o poder de influência da família, da escola, da igreja e do Estado.

Engels (1984), em seu livro “A origem da família, da propriedade privada, e do Estado”, esclarece várias concepções de família, dentre elas, a família patriarcal. Nela surge o primeiro efeito do poder exclusivo dos homens, sendo essa uma das maiores referências para a propagação da divisão sexual do trabalho em que as atribuições domésticas e a reprodução humana são associados às mulheres, para a preservação da economia; a escola caberia a função de propagar a divisão biológica entre homens e mulheres para sustentar a hierarquia entre os sexos; a Igreja responsável por manter o papel de subalternidade “natural” das mulheres por meio da moral estabelecida nos valores patriarcais; e o Estado que, de acordo com Engels, é a instituição responsável por consolidar e normalizar as opressivas relações de classes sociais, o controle e a ordem social através de sua legitimidade.

Assim sendo, compreende-se que o modo em que uma sociedade é formada, sobretudo, a sociedade capitalista, interfere diretamente nas relações sociais baseadas no patriarcado, que além de ser um conceito de ordem política, tem uma forte influência no sistema de desigualdades entre homens e mulheres.

A partir das premissas envolvendo patriarcado, Saffioti (2015) expõe que a dominação patriarcal e a exploração capitalista têm uma relação intrínseca, uma vez que esse modo de produção é responsável pela divisão social e econômica da sociedade, fundada na apropriação privada dos meios de produção e pelo acúmulo de riquezas. Assim, entende-se que as relações sociais se constituem sempre em uma relação de poder, seja entre o Estado e a sociedade, na contradição entre as classes sociais, como também no controle dos corpos e comportamentos humanos.



Entender esse processo é considerar que a dinâmica estrutural das relações sociais perpassa pelo desenvolvimento da produção capitalista, bem como pontua lamamoto e Carvalho (2000, p.67):

[...] que a reprodução das relações sociais é reprodução da dominação: reprodução ampliada do domínio de classe. Este é um processo eminentemente político, em que as classes dominantes têm no Estado o instrumento privilegiado do exercício de seu poder no conjunto da sociedade.

Ainda que não tenha dados históricos que comprovem a consolidação da supremacia masculina por meio do desenvolvimento capitalista, com base nos fundamentos da concepção marxista, Cisne (2015) argumenta que o surgimento da propriedade privada foi o ponto de partida e a base estrutural para a centralização do “poder” nas mãos dos homens. Embora essa concentração de riqueza atinja toda camada social, teve maiores rebatimentos para as mulheres, pois os mecanismos sociais (família, igreja e Estado) foram e continuam sendo estratégias para manter o domínio e a subordinação do corpo e da vida delas.

Diante dessas considerações, Saffioti (1987) aponta que o capitalismo é um sistema de produção baseado na exploração da mão-de-obra, no qual tem como estrutura social a dominação de uma classe sobre a outra, assim, desde que se estabeleceu a propriedade privada dos meios de produção, uma minoria detém da força de trabalho da maioria. Logo, convém concordar com Marx e Engels (2017) ao elucidar que a burguesia alterou a base sociocultural em qualquer tipo de relação afetiva nas relações familiares, e reduziu a mera relação reprodutiva e monetária.

No que diz respeito ao acúmulo de riqueza e o desenvolvimento da propriedade privada em benefício do homem, vale pontuar que a economia doméstica é estruturada pela divisão sexual do trabalho, que associa às atividades do cuidado e da reprodução as mulheres. Como pondera Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de gênero, as quais reservaram às mulheres a esfera reprodutiva e aos homens a esfera produtiva.

Nessa perspectiva, é importante ter em mente que, do mesmo modo que o patriarcado não surge do nada, a divisão sexual do trabalho não é algo natural, pois as condições em que vivem homens e mulheres não são frutos de um produto biológico. Como já exposto, essa ordem social entre os sexos feminino e masculino se dá pela construção social e moral nas relações familiares. Além da dominação e

exploração da vida e corpo das mulheres, ao atribuir na pirâmide social, o papel do cuidado doméstico como lavar, cozinhar, passar e cuidar, considerados como naturais, centraliza por meio da reprodução biológica o poder e o acúmulo de riqueza a partir da propagação da herança de bens.

Conforme expõe Saffioti (1987), a dinâmica estrutural presente nas relações familiares depende de cada classe social, por exemplo, mulheres de baixa renda que trabalham fora do âmbito doméstico para complementar a condição salarial, não estão isentas da dupla jornada de trabalho, seja dentro ou fora do seu lar, são concebidas a elas como condições naturais. Suponha-se, porém, que uma mulher que tenha melhores condições financeiras, também não está isenta de reproduzir esse padrão de subalternização, uma vez que é dirigida ao cuidado pela organização de papéis “inferiores”. Sendo assim, embora essa relação entre a esfera produtiva, reprodutiva e a divisão sexual do trabalho atinja especialmente mulheres em condições desfavoráveis, a concepção de sociedade capitalista patriarcal revela a discriminação e a exploração das mulheres em diversos âmbitos e formas.

Assim, é concernente afirmar que o sistema patriarcal-capitalista interfere diretamente nas relações sociais de gênero, ou melhor dizendo, nas relações sociais de sexo, pois, conforme Lima (2018), o termo gênero é amplamente discutido dentre várias vertentes teóricas. De acordo com a autora, a criação do termo se deve a Robert Stoller, em 1968, que, ao realizar uma pesquisa sobre meninas e meninos, observou que o comportamento social de ambos os sexos era reproduzido pelo modo em que foram educados para agirem em sociedade. Sendo assim, compreende-se sexo como anatômico e fisiológico da espécie humana, enquanto gênero é um conceito criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social. Para a autora, ao tratarmos das relações de gênero, estamos nos referindo às relações sociais estabelecidas entre os sexos.

A concepção de gênero foi retomada como categoria analítica no bojo do Movimento Feminista na década de 1970. Lima (2018) expõe que o discurso feito pelas feministas era para discutir as diferenças socialmente construídas pelo sexo, e a afirmativa que na construção social e histórica, os homens sempre foram elementos dominantes e as mulheres elementos dominados.

Nesse mesmo rol de argumentações, faz-se importante elucidar sobre a concepção de gênero que, conforme Saffioti (2015, p.47):

[...] este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual.

Desse modo, entende-se que as relações sociais de sexo se referem aos padrões, interações e estruturas sociais que são moldados pelas diferenças biológicas e percebidas entre os sexos. Essas relações são influenciadas por fatores culturais, históricos e institucionais, e variam de acordo com as normas e valores de uma sociedade específica, pois abrangem uma ampla dimensão de fenômenos sociais, incluindo papéis de gênero, expectativas sociais em relação ao comportamento e desempenho de homens e mulheres, divisão sexual do trabalho, acesso a recursos e oportunidades com base no sexo, bem como normas e práticas relacionadas à sexualidade e identidade de gênero.

## 2.2 A POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES NO BRASIL: PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS

Ao discorrer sobre o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil se faz necessário entendermos a situação das mulheres no país a partir da história dos seus direitos e o seu papel na sociedade brasileira.

Apesar das conquistas pelos direitos civis, políticos e sociais após a Proclamação da República e o processo de industrialização no país, ainda não se falava dos direitos das mulheres em sociedade, pois a centralidade nesse debate era referida ao “homem”. De acordo com Tavassi et al. (2021), somente após a Revolução de 30, no governo de Getúlio Vargas, é promulgado o Código Eleitoral (Decreto nº 21.076/1932), que em seu art. 2 reconheceu como eleitor o “cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo”, sendo o primeiro aparato legal a conceder participação política da mulher no Brasil, como o direito ao voto e a inserção no âmbito político.

Entretanto, ainda com base nas considerações dos autores, é preciso elucidar que tais iniciativas só ganharam forças devido à forte pressão dos movimentos sociais na defesa da participação das mulheres na política e pelo reconhecimento da sua cidadania, período marcado pela influência do movimento sufragista nos Estados Unidos e Inglaterra. Compreende-se então que foi a partir dos anos de 1970 que os movimentos feministas ganharam forças no Brasil ao lutarem pela discriminação,

violência e desigualdade entre os sexos feminino e masculino, assim como toda opressão vivenciada pelas mulheres no país.

No que se refere as conquistas dos direitos das mulheres, vale, ainda, destacar o movimento de mulheres no Brasil que ganhou força a partir da campanha “Constituinte para valer tem que ter direitos da Mulher”, o chamado *lobby* do batom, que “foi resultado de uma intensa campanha nacional, em articulação com ativistas, movimentos feministas, e associações diversas de todo o país durante dois anos” (Monteiro, 2018, n.p.).

Nessa perspectiva, embora tivessem conquistado o direito político, as mulheres não tinham o reconhecimento pela igualdade de gênero e nem tão pouco estavam protegidas pelas diversas formas de discriminação e violência contra elas. Foi somente na metade do século XX que os direitos das mulheres foram ampliados e discutidos na perspectiva dos direitos humanos, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual representa o marco jurídico da redemocratização do Brasil, após o período de ditadura civil-militar, bem como o reconhecimento dos direitos humanos em nosso país.

Após a articulação dos movimentos feministas, a implementação de políticas voltadas para as mulheres ganhou espaço junto aos governos e organismos internacionais. No que tange à participação feminina, a Constituição de 1988 inaugurou seu texto com destaque expressamente a igualdade entre homens e mulheres em geral, como brevíssimo o art. 5º, inciso I: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (Brasil, 1988, on-line).

Nesse viés, como forma de garantir legítima proteção e prevenção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, foram criados mecanismos de combate e políticas públicas para as mulheres a fim de promover rupturas sociais e históricas.

Na forma de Projeto de Lei aprovado no Congresso Nacional, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), através da Lei nº 27.353/1985, criado com autonomia administrativa e financeira, vinculado ao Ministério da Justiça. Contudo, apesar do retrocesso vigente de governos anteriores pelo desmonte de organizações e mobilizações feministas, foi no governo de Lula, em 2003, que as mulheres passaram a ter voz ativa e participativa nas decisões, com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) de Lei nº 10.683/2003, que

[...] desdobra-se em três linhas principais de ação: (a) Políticas do Trabalho e da Autonomia Econômica das Mulheres; (b) Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e (c) Programas e Ações nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Participação Política, Igualdade de Gênero e Diversidade. A estrutura básica da SPM é composta pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (órgão colegiado), o Gabinete da Ministra de Estado Chefe, a Secretaria- Executiva e de três outras Secretarias. (Brasil, 2010, on-line)

No entanto, a competência desta secretaria foi definida somente em 2010, por meio da Lei nº 12.314, art. 22, que altera a lei anterior, transformando a SPM em Ministério.

Assim, a incorporação e a efetividade pela garantia de políticas para as mulheres só foram possíveis através do processo burocrático e democrático das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM). A I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, sob coordenação da SPM e pelo CNDM, teve a intensa mobilização de milhares de mulheres na luta e busca de seus direitos, em 2004, durante o primeiro governo Lula. Como objetivo de propor diretrizes e propostas para a fundamentação do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - I PNPM, que representou o primeiro “conjunto de políticas públicas articuladas em um plano cujo objetivo primário é a efetivação dos direitos das mulheres” (BRASIL, 2006, p. 11).

No que tange a linha cronológica de conquistas dos direitos das mulheres, nesse processo, destaca-se a Lei nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha<sup>1</sup>, sendo a primeira tentativa jurídica nacional de institucionalizar mecanismos de combate à violência doméstica contra a mulher, proporcionando um novo contexto jurídico, bem como prevê os termos do inciso 8º do artigo 226 da Constituição Federal de 1988, salientando que “o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (Brasil, 1988, on-line).

Além disso, a Lei tem por intuito garantir a ampliação de políticas públicas para as mulheres, bem como a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que tem como finalidade estabelecer diretrizes e ações de prevenção e combate à violência. De acordo com a SPM (2003), ela foi estruturada a partir do PNPM, elaborado com base na I e II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), realizada em 2004 e 2007 (Brasil, 2007). Desse modo, torna-se pertinente elucidar sobre os objetivos desta política, sendo então:

---

<sup>1</sup> Resumo da Lei. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/resumo-da-lei-maria-da-penha.html>

- Reduzir os índices de violência contra as mulheres;
- Promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades de gênero e de valorização da paz;
- Garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência considerando as questões raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional.
- Proporcionar às mulheres em situação de violência um atendimento humanizado e qualificado nos serviços especializados e na Rede de Atendimento. (Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2003, p.35)

Logo, percebe-se que esta política tem como foco estruturar a Rede de Atendimento à mulher em situação de violência nos Estados, Municípios e Distrito Federal.

A II CNPM foi realizada em 2007, ainda no governo Lula, coordenada pela SPM e CNDM. De acordo com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), os temas de discussão propostos foram os seguintes:

- I - Análise da realidade brasileira: social, econômica, política, cultural e os desafios para a construção da igualdade na perspectiva da implementação do PNPM;
- II - Avaliação das ações e políticas propostas no PNPM, sua execução e impacto;
- III - Participação das mulheres nos espaços de poder. (CTU, 2007, on-line)

Nesse sentido, o primeiro Plano Nacional foi analisado pelas participantes da II CNPM e suas propostas foram avaliadas e reorientadas, o que fomentou o surgimento de uma nova versão do plano, o II PNPM:

[...] é resultado da mobilização de quase 200 mil brasileiras que participaram, em todo o País, das Conferências Municipais e Estaduais, e elegeram 2.700 delegadas à II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (II CNPM), realizada em agosto de 2007. O II PNPM expressa a vontade política do Governo Federal em reverter o padrão de desigualdade entre homens e mulheres em nosso país (IPEA, 2007, on-line).

Este plano teve como referencial o Art.5º da Constituição Federal de 1988, ao afirmar em suas diretrizes, os princípios de igualdade e respeito à diversidade, a equidade, a universalidade das políticas, a justiça social, transparência nos atos públicos, participação e controle social (Brasil, 1988).

De acordo com a Cartilha da III CNPM (2011), no governo Dilma, consolidou-se um conjunto de recomendações elaboradas na perspectiva do respeito às diferenças e no enfrentamento de diversas desigualdades<sup>2</sup> vividas pelas mulheres em

---

<sup>2</sup> O uso de “desigualdades” (no plural), quando adotado, refere-se sempre à citação das diferentes desigualdades derivadas das relações sociais de classe, gênero, raça e etnia; derivadas da norma da heterossexualidade obrigatória (heteronormatividade), do racismo, do sexismo e da lesbofobia,

sua diversidade<sup>3</sup>. No entanto, enquanto as duas primeiras CNPMs resultaram na formulação de dois PNPMs, esta conferência foi base para qualificar os objetivos, diretrizes e normativas diversas da Política Nacional para Mulheres, considerando então uma nova formulação para a implementação do III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

A IV CNPM foi realizada em 2016, em um contexto de disputa política marcada pelo processo de impeachment da Presidenta Dilma, cujo objetivo era debater sobre o retrocesso nas políticas para mulheres. De acordo com o IPEA:

Dentre as propostas aprovadas, incluem-se a da reserva de no mínimo 1% dos recursos do Orçamento para o enfrentamento da violência. Outra prevê a aplicação do fundo partidário para capacitação de mulheres na política. Foi aprovada ainda a criação de um fundo para garantir o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres, nos moldes do SUS, que defina atribuições da União, dos Estados e municípios em relação ao direito de mulheres (Brasil, 2016, n.p.)

Assim, é válido ressaltar que, conforme o Relatório Final da IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, evidenciou-se que ao contrário das outras conferências, esta não teve a implementação de mais um PNPM ou reformulação do mesmo, seu objetivo era “discutir as estratégias de fortalecimento das políticas para as mulheres e de democratização da participação das mulheres nas diversas esferas institucionais e federativas” (IPEA, 2015, p.1).

Embora o pleno do CNDM, a partir da Resolução nº 1, de 23 de fevereiro de 2021 - DOU - Imprensa Nacional, decidir o adiamento da V CNPM devido a segurança sanitária no país por causa da COVID-19 (Brasil, 2021). É necessário apontar que durante o governo Bolsonaro foi um período de retrocessos em todos os âmbitos políticos. Marcado pelo sucateamento das políticas públicas e sociais e de intensificação das expressões da questão social (pobreza, desemprego, violência, discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual, trabalho precário, etc.), reforçando então o cenário do capitalismo patriarcal presente nos aparatos legislativos.

---

homofobia, transfobia, derivadas das diferenças geracionais e especificidades das situações das mulheres com deficiência, entre outras. (Brasil, 2012, on-line)

<sup>3</sup> O uso de “mulheres em sua diversidade”, quando adotado, refere-se sempre à citação da diversidade das identidades das mulheres brasileiras: do campo, das cidades e da floresta, indígenas, mulheres integrantes dos povos e comunidades tradicionais, quilombolas, negras, ribeirinhas, ciganas, jovens, idosas, lésbicas, mulheres com deficiência. (Brasil, 2012, on-line)

A partir dessas considerações, abrangendo o âmbito nacional, faz-se necessário apresentar os Planos Estaduais dos Direitos das Mulheres a partir da perspectiva do Estado do Paraná. Para tanto, é necessário apresentar de forma breve as Conferências Estaduais de Políticas para as Mulheres do Paraná (CEPM), pelas quais foi possível a implementação do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres.

Considerando o contexto de primeira mobilização e participação feminina ao nível nacional e estadual, serão apresentadas as Conferências de Políticas para Mulheres do Estado do Paraná, uma vez que aconteciam simultaneamente em nível nacional como já foi mencionado. A I CEPM realizou-se em 2004, contou com mais de 700 delegadas, tendo como base a conferência nacional. A II CEPM aconteceu em 2007, que reuniu mais de 800 mulheres representando a sociedade civil e o Estado. A III CEPM, realizada em 2011, foi organizada pela Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos em conjunto com o Conselho Estadual da Mulher do Paraná (SEJU). Essa conferência foi responsável por sistematizar diversas deliberações contidas no I Plano Estadual de Políticas para as Mulheres (Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, 2011).

Por fim, de acordo com o Art. 2º do Regulamento da IV Conferência Estadual de Políticas para Mulheres do Paraná (2015), realizada pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná (CEDM/PR), teve por objetivo “fortalecer a Política Estadual para as Mulheres”, conforme a Deliberação Nº 004/2015 (Paraná, 2015).

Nesse viés, compreende-se então que o I Plano Estadual de Políticas para as Mulheres (2014-2016) configurou-se como um direcionamento para as ações estratégicas de diversas secretarias e órgãos da administração pública estadual.

O II Plano Estadual de Garantia de Direitos da Mulher (2018-2021) foi monitorado pelo Departamento de Garantia dos Direitos da Mulher da Secretaria Estadual da Justiça, Família e Trabalho - SEJUF, que prestou contas dos ganhos e limites da execução das ações planejadas junto ao Conselho Estadual. “Ele se estabeleceu, assim, como um documento amadurecido na interação entre todas as áreas das políticas responsáveis, e respaldado por um diagnóstico técnico que delimitou as principais problemáticas a serem enfrentadas” (Paraná, 2022, p.22).

De acordo com o III Plano Estadual dos Direitos das Mulheres (2022-2025), a política da mulher é vinculada a outras secretarias estaduais, por atender uma demanda intersetorial entre os órgãos de gestão do Estado, a qual se faz necessário diálogo constante com a sociedade civil, representada pelo Conselho Estadual. Nesse



viés, é uma ferramenta mediadora entre o governo e a sociedade civil na perspectiva da construção coletiva e colaborativa para atender as reivindicações das mulheres do Paraná. Assim sendo,

Desde 2014 o Estado tem oportunizado um planejamento intersetorial para efetivação da garantia de direitos das mulheres, por meio de um Plano Estadual, elaborado e organizado pelo Departamento de Garantia dos Direitos da Mulher, a partir de demandas e propostas trazidas pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM). Este plano configura-se, assim, como um mapa de ações estratégicas a serem priorizadas pelas diversas secretarias e órgãos da administração pública estadual. (Plano Estadual dos Direitos das Mulheres, 2022, p.22)

Ressalte-se, nesse sentido, que apesar do aparato legislativo e dos direitos e garantias de igualdade assegurados constitucionalmente, em questões como atuação política, inserção ao mercado de trabalho, entre outras conquistas, a desigualdade de gênero é ampla e notória por se tratar de uma base de raiz machista e opressora.

Como já foi mencionado, vivemos em uma sociedade organizada pelo sistema econômico capitalista patriarcal, no qual é constituído por inúmeras expressões da Questão Social<sup>4</sup> demarcada pelas questões de classe, raça e gênero. Dentre essas expressões, destaca-se a violência doméstica e familiar contra a mulher, marcada pelo contexto estrutural de dominação sobre o corpo e vida da mulher em sociedade e daquilo que se constitui como gênero feminino.

Ao adentrarmos nessa discussão, torna-se pertinente apontar que a violência de gênero surge do pensamento de superioridade imposta dos homens perante as mulheres, o que afeta toda a organização social, bem como explica Costa e Vieira (2022, p.3) que:

A violência contra as mulheres é um fenômeno histórico-social fruto de relações de gênero e de relações étnico-raciais estruturadas pelo sexismo e pelo racismo. Na visão convencional (senso comum), a violência foi considerada, e ainda é, um sinônimo de problema familiar e/ou de casal. A violência seria resultado de um mau comportamento por parte das mulheres que ferem algumas das normas de gênero impostas. Desta forma, foi necessário questionar este entendimento sobre a violência contra as mulheres e forjar um conceito que impusesse sua natureza histórica, social, cultural e estrutural.

Nessa conjuntura, o fato de a ordem patriarcal ser considerada como uma parte dominante, imponente e com uma carga expressiva das demandas impostas socialmente, geram um cenário em que ocorrem inúmeras violações no cotidiano

---

<sup>4</sup> “[...] é a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão”. (Carvalho; Iamamoto, 2000, p.77)

social e político, pelo qual a mulher sofre agressões pelo fato de ser mulher, e socialmente fragilizada. Logo, a relação de desigualdade e poder existente entre homens e mulheres é fruto de uma sociedade embasada pelos pensamentos patriarcais e sexistas.

Com base nas considerações de Carloto e Moro (2018, p. 171), a violência doméstica se constitui como uma das expressões mais evidentes do patriarcado, enraizada pelo machismo estrutural que, na maioria das vezes, é impulsionada pela mídia através das músicas, filmes, propagandas, entre outros. Bem como os mecanismos sociais que corroboram para essa culpabilização da mulher em situação de violência, logo entende-se que “[...] é no contexto dessa ordem de cunho preconceituoso, machista, classista, racista que as relações foram (e são) construídas, contribuindo para manter as desigualdades do gênero feminino” e consequentemente, a violência contra as mulheres.

Ainda no que se refere à violência contra a mulher, Cisne e Santos (2018) explicam que é um fenômeno resultante das relações construídas sob a ordem patriarcal, pois ocorre além das relações individuais, conjugais e familiares, embora as atravesse fortemente. Neste sentido, ao entendermos a violência contra a mulher de forma estruturante, é relevante mencionar que é um ato de repressão contra a vida e corpo da mulher, independente do meio onde ocorre ou de quem comete. No entanto, essa discussão tem como foco os tipos de violências cometidos dentro do âmbito doméstico de cunho conjugal e familiar, mesmo que não se limite a essa conjuntura.

Assim, cumpre observar que à violência doméstica e familiar<sup>5</sup> não se restringe somente a violência física. Para tanto, é importante acrescentar que, conforme aponta o Plano Estadual dos Direitos das Mulheres (2022), a Lei Maria da Penha (2006) só foi sancionada após o Brasil ser condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos<sup>6</sup> (Corte IDH) por negligência e omissão em relação ao caso bárbaro de violência doméstica contra a Maria da Penha, marcada por uma trajetória em busca

---

<sup>5</sup> Conforme a Lei nº. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), violência doméstica e familiar contra a mulher “é qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Brasil, 2006).

<sup>6</sup> “Órgão com função judicial responsável por julgar casos e aplicar sentenças aos Estados signatários da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a mulher” (Plano Estadual dos Direitos das Mulheres, 2022, p.29).

de justiça que fez dela um símbolo de resistência e de luta contra qualquer forma de violência de gênero.

À vista disso, apontaremos os cinco tipos de violência contra as mulheres com base na Lei Federal nº 11.340/2006, referida Lei Maria da Penha. A violência física, considerada a mais perceptível, por ser “[...] entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal” (Brasil, 2006, on-line), ou seja, é descrita como lesão corporal através de socos, chutes, tapas e puxões de cabelo, bem como agressões com qualquer tipo de objeto deferido a pessoa que possa comprometer sua saúde.

A violência sexual é compreendida por uma variedade de atos ou tentativas de relação sexual de forma forçada, seja no casamento, em outros relacionamentos ou até mesmo no ambiente de trabalho. De acordo com a Lei Maria da Penha, a violência sexual é:

[...] entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (Brasil, 2006, on-line).

Dentre essas, a violência psicológica, que está presente em todas as manifestações da violência contra a mulher. É definida, de acordo com o inciso II do artigo 7º da Lei nº 11. 340/2006, como:

[...] qualquer conduta que lhe cause danos emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (Brasil, 2006, on-line).

Assim sendo, a violência psicológica pode ser tão grave quanto as agressões físicas, pois afeta a autoestima, a segurança e a confiança em si mesma. Além disso, apesar de não deixar marcas explícitas no corpo, ela pode causar danos permanentes e traumáticos que podem ser ocultos por muitos anos, ocasionando diversos rebatimentos na vida da mulher.

A violência patrimonial, de acordo com o artigo 7º, inciso IV, da Lei Maria da Penha,

[...] é entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades (Brasil, 2006, on-line).

Ou seja, esse tipo de violência é muito comum em brigas, tendo em vista que podem ser objetos de cunho monetário ou de valor sentimental para a “vítima” provocados com a intensão de fragilizar ou ameaçar a mulher para manter o controle na relação.

A violência moral é outra forma de violência tipificada na Lei Maria da Penha. Segundo o artigo 7º, inciso V, essa é a violência “entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria” (Brasil, 2006, on-line). Isto é, toda conduta que caracteriza comportamento abusivo que possa ferir a integridade física ou psíquica de outra pessoa, neste caso da mulher.

Contudo, além das que foram citadas acima, o Projeto de Lei 422/23 inclui a violência obstétrica entre os tipos de violência previstos na Lei Maria da Penha. Pelo projeto, a violência obstétrica:

[...] é entendida como qualquer conduta direcionada à mulher durante o trabalho de parto, parto ou puerpério que lhe cause dor, dano ou sofrimento desnecessário, praticada sem o seu consentimento ou em desrespeito pela sua autonomia ou, ainda, em desacordo a procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde (Câmara dos Deputados, 2023, on-line).

Ou seja, está relacionada não apenas ao trabalho de profissionais de saúde, mas também a falhas estruturais de clínicas, hospitais e do sistema de saúde como um todo.

E por fim, não menos importante, torna-se significativo apontar a violência social, que conforme Cisne e Santos (2018, p.74) “manifesta-se nas desvalorizações sofridas pelas mulheres no âmbito público, como nas desigualdades no mundo do trabalho, na desvalorização do nosso corpo em letras de músicas e na mercantilização em propagandas comerciais [...]”. Sendo assim, entende-se que todas as formas de violência estão relacionadas à desvalorização da mulher nessa sociedade patriarcal e afetam, muitas das vezes, a saúde mental e física da mulher.

No que diz respeito ao Estado do Paraná, acrescenta-se que, conforme a reportagem transmitida pela RPC<sup>7</sup>, expressa que no período de janeiro a agosto de 2023 foram registrados 36.494 casos de violência contra a mulher, equivalente a 150 registros por dia. A reportagem também chama a atenção para os dados alarmantes de feminicídios,

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12053265/>. Acesso em: 29 mai. 2024.

sendo um total de 170 registros no Paraná, evidenciando que o sistema de proteção da mulher não está sendo suficientemente eficaz para promover a sua proteção.

Conforme fica evidente através dos dados quantitativos e qualitativos apresentados nesta discussão, a soberania dos homens sobre as mulheres incide na construção sócio-histórica a que ambos foram condicionados no meio social, em que a mulher tem como característica a subalternidade e, aos homens, a supremacia de poder e controle, historicamente construída. Portanto, percebe-se que, apesar de a violência doméstica ter várias faces e especificidades, entende-se que as agressões cometidas em um contexto conjugal ocorrem dentro de um ciclo que é constantemente repetido e, portanto, é considerado um dos maiores fatores para que a mulher continue vulnerável a situação de violência.

De acordo com o Instituto Maria da Penha, fundado em 2009, o "ciclo da violência" é um conceito frequentemente utilizado para descrever a dinâmica repetitiva de comportamentos violentos em relacionamentos abusivos. Geralmente, é dividido em três fases principais: acumulação de tensão, ato de violência e o arrependimento e comportamento carinhoso (lua de mel).

Primeira fase: acumulação de tensão. Nesta fase inicial, ocorrem pequenos conflitos, tensões e frustrações que não são resolvidos adequadamente, pode haver irritabilidade crescente e comportamentos que indicam um aumento na tensão emocional, chegando a ter acessos de raiva. No entanto, a mulher tende a negar que isso está acontecendo com ela, podendo até esconder de outras pessoas, como familiares e amigos, e, muitas vezes, acaba se culpando ao pensar que fez algo de errado para justificar o comportamento violento do agressor.

Segunda fase: ato de violência, esta é a fase em que ocorre o incidente violento propriamente dito, o qual pode envolver abuso físico, emocional, patrimonial ou verbal. Evidenciando toda a tensão acumulada da primeira fase, a qual coloca a mulher em uma posição de "impossibilidade" de reação devido a tensão psicológica causada e a sobrecarga de se sentir culpada, com medo e desprotegida. O que acaba dificultando, na maioria das vezes, para pedir ajuda ou denunciar o autor de violência.

E por fim, a terceira fase: arrependimento e comportamento carinhoso, também conhecida como "lua de mel", após o episódio violento, o autor de violência muitas vezes demonstra arrependimento, promete mudar e busca reconciliação. Pode haver um período de calma relativa, onde a mulher em situação de violência pode sentir esperança de que o comportamento violento não irá se repetir ou se sentir confusa devido toda carga emocional

e a pressão de ser subestimada pela sociedade. No entanto, este período de "lua de mel" pode ser temporário e eventualmente levar de volta à fase de acumulação de tensão, reiniciando o ciclo. É importante notar que o ciclo da violência pode variar em intensidade e duração, mas geralmente segue esta estrutura básica em relacionamentos abusivos.

Diante do exposto, torna-se pertinente apresentar a concepção e o entendimento das entrevistadas no que se refere ao ciclo da violência, bem como:

*Esse ciclo inicia tudo bem, aí vai para um ápice de violência contundente. Aí depois para um pedido de desculpas, não vai acontecer mais. Aí fica tudo bem por um período e volta para a relação de violência novamente. Por isso, é um ciclo [...] a situação vai se isolando e ela vai ficando nesse ciclo onde ela não consegue denunciar, ela não consegue falar para outras pessoas, o que ela está vivenciando (Entrevistada 01).*

*No Instituto Maria da Penha, normalmente é apresentado por três fases, mas o que a gente utiliza tem quatro fases. Então a gente fala da lua de mel, o homem faz tudo, no maior love. Até que começam os conflitos e as tensões [...] e depois vai para as agressões, que não é só física. Depois vem o papel de desculpas pelas ações e comportamento. E depois repete tudo novamente (Entrevistada 02).*

*Eu entendo que, o ciclo de o ciclo de violência, ele se faz presente muito nos relacionamentos, principalmente nas mulheres que a gente atende semanalmente. A mulher chega com aquela demanda pra gente dá medida protetiva, geralmente ali que começa as ameaças, humilhações, segunda fase, explosão [...] quando acontece ali, não só a violência física em si, mas também aquelas ameaças de morte também, que geralmente quando a mulher vem pra gente pra pedir a medida protetiva. E daí a terceira fase da lua de mel, que geralmente também a mulher entra em contacto pedindo para fazer o cancelamento da medida (Entrevistada 03).*

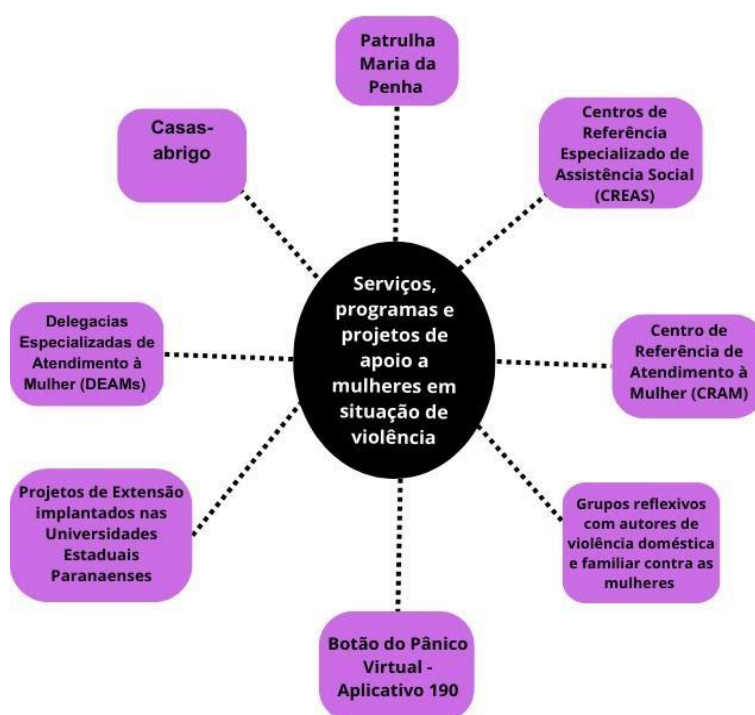
Apesar das diferenças no enfoque, todas as entrevistadas compartilham uma percepção comum do ciclo da violência, com reconhecimento de suas etapas e rebatimentos. As variações nas discussões complementam a análise, evidenciando diferentes dimensões da temática. Esse alinhamento geral, somado às diferentes ênfases, enriquece a compreensão prática e teórica do fenômeno.

Sendo assim, torna-se concernente ponderar que há diversos fatores e circunstâncias que contribuem para a permanência da mulher nesse “ciclo”, como, por exemplo, a dependência emocional de apoio afetivo, validação e identidade, dado que muitas vezes envolve medos intensos de abandono e baixa autoestima, levando as mulheres a priorizarem relacionamentos em detrimento de seu próprio bem-estar. Além disso, pode envolver dependência financeira que, majoritariamente, faz com que muitas mulheres permaneçam em relacionamentos abusivos, considerando que durante a relação são proibidas de ter sua própria autonomia financeira, resguardadas apenas para serem cuidadoras do lar.

Assim sendo, é de suma importância mencionar o papel da Rede de Atendimento e de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra as Mulheres, pois se refere à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade. No que diz respeito a Rede de Enfrentamento, tem por finalidade o desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos autores da violência e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. Já a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência é formada por um conjunto de ações e serviços de diferentes setores (assistência social, justiça, segurança pública e saúde), para ampliar, melhorar a qualidade e humanizar o atendimento, a identificação e o encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência (Brasil, 2011).

Nessa direção, além dos Planos e das Conferências mencionadas, convém apresentar, através do mapeamento de serviços de apoio a mulheres em situação de violência, serviços, programas e projetos no estado do Paraná criados no intuito de trazer nova contribuição ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Figura 2- Mapeamento referente aos serviços, programas e projetos de apoio as mulheres em situação de violência



Fonte: Pelas autoras, com base no Mapeamento de Serviços de Apoio a Mulheres em Situação de Violência (Paraná, 2024)

À vista disso, compreende-se então que os serviços, programas e projetos de enfrentamento à violência contra às mulheres desempenham papéis fundamentais em várias dimensões da sociedade, pois além de permitir o acesso à justiça as mulheres em situação de violência, eles promovem uma tentativa de ruptura com as desigualdades existentes nas relações sociais de gênero feminino e masculino. Outrossim, ajudam a efetivar legislações já postas, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), além de incentivar a criação de novas políticas públicas que possam ampliar a proteção às mulheres e garantir mais recursos para enfrentamento da violência.

Tais medidas tornam-se pertinente justamente pela importância de alguns aspectos para a sua efetivação, bem como: proteção e segurança, por oferecer apoio e proteção às mulheres em situação de violência, isso pode incluir serviços de abrigo, assistência legal e apoio psicológico; prevenção, políticas e projetos ajudam a prevenir a violência através de campanhas de conscientização, educação e treinamento, que pode contribuir para mudar atitudes e comportamentos que perpetuam a violência de gênero; responsabilização, políticas eficazes asseguram que os autores de violência sejam responsabilizados por seus atos, o que contribui para a justiça e desencoraja futuros casos de violência; e por fim, a coordenação e integração de serviços, uma vez que políticas eficazes garantem que diferentes serviços e instituições trabalhem em conjunto, proporcionando uma abordagem integrada e coordenada no enfrentamento da violência (Paraná, 2024).

Assim sendo, compreende-se que, apesar de a violência doméstica ser fruto de uma sociedade patriarcal e capitalista que não concede as mesmas condições de autonomia e participação entre homens e mulheres, por estar relacionada ao contexto de opressão e controle da vida e do corpo das mulheres. As políticas, projetos e programas de enfrentamento à violência contra as mulheres são fundamentais para garantir a proteção, segurança e direitos das mulheres em situação de violência, além de promover mudanças sociais essenciais para a erradicação da violência de gênero. Portanto, a implementação eficaz dessas ações é crucial para a construção de uma sociedade mais equitativa, onde as mulheres possam viver livres de violência e discriminação.



### **3. O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES, NO QUE SE REFERE AO ACESSO À JUSTIÇA NO ÂMBITO EXTENSIONISTA**

O segundo capítulo, intitulado “O exercício profissional da/o assistente social no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, no que se refere ao acesso à justiça no âmbito extensionista”, aprofunda a discussão sobre a atuação do Serviço Social no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres que perpassa pelas desigualdades de gênero. Ele aborda como as iniciativas extensionistas das universidades têm contribuído para ampliar o acesso à justiça, ao mesmo tempo que expõe desafios enfrentados por esses profissionais no cumprimento dessa função. Para tanto, foi dividido em três subtópicos.

O primeiro, denominado como “Acesso à Justiça, a partir de projetos extensionistas: relato de experiência dos NUMAPEs das Universidades Estaduais do Paraná”, aborda a relevância do acesso ao direito e à justiça para além do direito positivado e como ele é limitado pelas estruturas socioeconômicas e culturais de uma sociedade patriarcal e capitalista. Nesse cenário, destacam-se os Núcleos Maria da Penha, que são projetos de extensão desenvolvidos em universidades paranaense, apresentados como um dos mecanismos de combate e enfrentamento às violências de gênero, oferecendo suporte jurídico, social, psicológico e/ou pedagógico através da assistência jurídica gratuita e integral. Contudo, apesar das limitações pela natureza pública, são articulados com ensino, pesquisa e extensão, possibilitando ações e estratégias de prevenção e enfrentamento pautadas na análise da realidade.

O segundo subtópico “Trabalho em equipe no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres, na perspectiva interdisciplinar e intersetorial” ressalta, a partir da amostragem, a importância do trabalho interdisciplinar envolvendo áreas como Direito, Serviço Social e a Psicologia como área voluntária no NUMAPE de Paranavaí e Toledo, assim como a necessidade da intersetorialidade presente na articulação com a Rede de Atendimento e Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra as Mulheres e o Conselho Municipal do Direito da Mulher. Por envolver diferentes áreas profissionais e institucionais possibilita uma resposta mais abrangente às demandas apresentadas, evitando fragmentações no atendimento, uma vez que, essas mulheres já se encontram em uma situação vulnerável.

Por fim, o terceiro subtópico, nomeado por “Serviço Social nos NUMAPEs: desafios do exercício profissional” aborda, com base na pesquisa de campo realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, os principais desafios enfrentados pelas(os) assistentes sociais no enfrentamento à violência doméstica no NUMAPE, desde problemas estruturais e operacionais até questões de reconhecimento e valorização profissional. Indicando que, desde o processo de renovação profissional, o Serviço Social tem enfrentado limites para consolidar sua autonomia, ainda que relativa, nos diversos espaços sócio-ocupacionais, buscando possibilidades e estratégias para romper com práticas conservadoras e assistencialistas.

### 3.1 ACESSO À JUSTIÇA, A PARTIR DE PROJETOS EXTENSIONISTAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS NUMAPES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ

A partir das considerações apresentadas no primeiro capítulo, abordaremos, a princípio, o acesso ao direito e à justiça no contexto dos direitos humanos. Sendo assim, com base nos fundamentos da concepção marxista, Tríade (2010) vai ponderar que os direitos humanos estão intrinsecamente ligados às relações de produção e à estrutura econômica da sociedade. Em uma sociedade capitalista, os direitos são moldados pela necessidade de manter a ordem social e econômica que beneficia a classe dominante. Neste sentido, em concordância com o autor, a transformação das relações de produção é essencial para alcançar uma justiça e igualdade social, ainda que de forma limitada e repleta de contradições.

Ainda de acordo com Tríade (2010), os direitos humanos desde as últimas décadas do século XX, após um longo processo de desenvolvimento, estão inseridos numa etapa de crise e desconstrução no capitalismo, que não são vistos como universais ou inatos, mas como produtos das condições históricas e sociais específicas, tal como são concebidos na sociedade capitalista, refletem e servem aos interesses da classe dominante, em um contexto de relações de classe e desigualdade social.

Dessa maneira, considerando as premissas sobre os direitos humanos, entendemos então como eles podem ser limitados ou moldados por estruturas de poder, cultura, ideologia e interesses econômicos, muitas vezes questionando sua universalidade e legitimidade em contextos socioeconômicos. Ou seja, ao mesmo tempo que oferecem proteção e dignidade, podem ser usados como ferramentas de

dominação porque, como já mencionado, em diversos contextos históricos e sociais, as leis e os sistemas judiciais são moldados pelos interesses daqueles que detêm o poder econômico, político e/ou social. Essa perspectiva está relacionada à ideia de que o direito não é neutro, mas sim uma construção social influenciada por forças políticas e econômicas, muitas vezes para manter as hierarquias e os privilégios existentes.

Conforme exposto, podemos pensar no acesso à justiça inerente aos direitos humanos, considerado um direito fundamental, reconhecido em várias constituições e tratados internacionais. Isso significa que todos os indivíduos têm o direito de buscar a proteção legal e de ter suas reivindicações ou defesas ouvidas juridicamente. No entanto, em concordância com Valensuela (2020, p.170) “[...] reconhecemos que o acesso à justiça não consegue garantir um resultado imediatamente justo, tendo em vista um contexto que, em sua essência, é injusto”.

Com isso, partindo do pressuposto de que a justiça não é apenas uma questão de direitos iguais, mas de redistribuição equitativa de recursos e poder, podemos considerar que a justiça está profundamente ligada às relações de classe e às estruturas econômicas da sociedade, por ser inerente ao sistema capitalista. À luz dessa abordagem, no que diz respeito a justiça, Valensuela (2020, p.50) expõe que:

[...] presume-se ser essencial o reconhecimento de determinadas prerrogativas acerca de justiça: ela não é técnica, politicamente neutra, nem tampouco estranha à conjuntura socioeconômica e cultural. Além disso, não é autônoma e autoefetiva, bem como não possui um fundamento único e uma história linear e contínua, características absolutamente eternas e invariantes. Em outras palavras, a justiça não pode ser explicada em si mesma como se determinasse o seu próprio conteúdo de modo alternativo e alheio ao processo histórico, como se fosse algo contemplativo.

Sendo assim, as concepções de justiça não são universais ou imutáveis, mas sim produtos de contextos históricos específicos. Isso significa que o que é considerado justo em uma época ou sociedade pode não ser visto da mesma forma em outra. A justiça é moldada pelas condições sociais, econômicas, políticas e culturais de um determinado período.

A priori, os Estados garantem, pelo menos em tese, o acesso institucional à justiça. Entretanto, é importante pensarmos que o acesso à justiça não pode ser limitado apenas nos direitos institucionais ou normativos. O conceito de justiça vai para além do direito positivado, requer um processo de luta política e social. Movimentos sociais e organizações de defesa dos direitos humanos desempenham um papel crucial na reivindicação de

mudanças que ampliem o acesso e garantam que o sistema legal sirva a todas as pessoas, bem como discutido no capítulo anterior sobre o processo de inserção dos direitos das mulheres.

A partir das considerações do capítulo anterior, nas quais apontamos a centralidade dessa discussão ao gênero feminino, é importante elucidar que tais direitos devem ser analisados na sua amplitude de conquistas. Assim, cabe pensar que o acesso à justiça para as mulheres é uma questão multifacetada que requer uma abordagem integrada, considerando aspectos legais, sociais, econômicos e culturais para garantir a efetivação dos direitos das mulheres. Como, por exemplo, a criação de mecanismos, políticas públicas, e até mesmo as reivindicações pelos direitos das mulheres no Brasil se consistem no acesso à justiça, ainda que de modo limitado.

Ao tratarmos do acesso limitado, podemos pensar na assistência jurídica gratuita e integral, sendo um direito garantido a todas as pessoas que não possuem condições financeiras em termos judiciais. Bem como previsto pela Constituição Federal de 1998, no seu artigo 5º, inciso LXXIV, ao frisar que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. (Brasil, 1988, on-line). Isso significa que o acesso à justiça deveria ser universal, independentemente de sua condição econômica. Contudo, vale observarmos que o recorte de renda se tornou essencial para limitar o acesso ao direito e à justiça através da atuação jurisdicional<sup>8</sup> do Estado.

Nesse sentido, apesar de ser um princípio constitucional, o público que depende da assistência jurídica se depara com critérios cada vez mais rigorosos e não são vistos como sujeitos de direitos, mas sim como hipossuficientes, o que acaba prejudicando o atendimento integral e gratuito. Conforme explica Valensuela (2022, p. 197):

“Hipossuficiência” é um termo jurídico que representa uma pessoa que não é autossuficiente, isto é, que não dispõe dos recursos financeiros necessários para se sustentar e, ao mesmo tempo, arcar com os custos processuais. Portanto, os sujeitos em condição de hipossuficiência econômica são isentos das taxas do processo ou são dispensados da antecipação do pagamento das despesas do processo.

Ou seja, quem é considerado economicamente hipossuficiente pode ser alguém que não tenha condições de arcar como os custos de um processo ou

---

<sup>8</sup> A função jurisdicional é uma função do Estado que compete ao Poder Judiciário. A sua principal atividade é solucionar conflitos de interesse, mas também pode ser utilizada para resolver pendências sem conflito (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, 2015, n.p.)

contratá-lo. Todavia, há exceções, conforme propõe a Lei Maria da Penha, no art. 28: “é garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado” (Brasil, 2006, on-line).

Entende-se, portanto, que toda mulher em situação de violência, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade ou religião, tem o direito fundamental de acesso à justiça, podendo contar com os serviços da Defensoria Pública ou outro equipamento que oferta Assistência Jurídica Gratuita, garantindo flexibilidade quanto ao recorte de renda. Além disso, é assegurado para essas mulheres, além do acesso à justiça no âmbito judiciário, vale ponderar que a Lei, no seu art. 3º, § 1º, certifica que

O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 2006, on-line).

Desse modo, considerando que a efetivação de políticas públicas não é uma realidade nacional, em relação aos mecanismos para coibir e prevenir a violência contra a mulher, além dos já mencionados, destaca-se a atuação dos núcleos jurídicos desenvolvidos por universidades, conhecidos como assessorias jurídicas por oferecerem uma prática sociojurídica interdisciplinar, realizada por professores, profissionais e estudantes das Instituições de Ensino Superior (IES), voltada principalmente para populações excluídas socialmente (Valensuela, 2020).

Os projetos extensionistas são atividades promovidas por universidades que visam a integração entre o ensino, a pesquisa e a comunidade externa. Esses projetos buscam aplicar o conhecimento acadêmico para beneficiar a sociedade, promovendo trocas de saberes entre o ambiente universitário e a população. Apesar de não ser uma exceção do Estado do Paraná, abordaremos essa temática nesse contexto, por se tratar do universo e amostra da pesquisa aqui referida. Assim sendo, no que tange a lógica institucional de acesso ao direito e à justiça na perspectiva da assistência jurídica gratuita e integral, destacam-se os projetos, que agora, classificados como programas<sup>9</sup> extensionistas implantados nas Universidades Estaduais do Paraná.

---

<sup>9</sup> Em cumprimento à Lei Estadual nº 21.354/2023, “anuncia a EG classificando então os projetos de extensão [...] como programas de extensão com o objetivo de executar e fortalecer as práticas sociojurídicas” (Paraná, 2024).

Nessa direção, o Numape, implantado em doze Instituições de Ensino Superior, de natureza pública, no estado paranaense, tem se mostrado uma ferramenta para promover esse acesso, especialmente em contextos em que as barreiras econômicas e sociais podem ser significativas, cujo público alvo são mulheres em situação de violência doméstica e familiar, maiores de dezoito anos de idade e com vulnerabilidade social e econômica, “não superior a três salários mínimos federais, excluindo-se a renda do suposto autor de violência” (Paraná, 2021, n.p.). Este recorte de renda segue a Deliberação nº 042/2017 do Conselho Superior da Defensoria Pública (CSDP), no que diz respeito à seção I - dos critérios socioeconômicos, pela qual propõe no art. 5, I, “aufrir renda familiar mensal, não superior a três salários mínimos federais” (Paraná, 2017, n.p.).

Sendo financiado com recursos do Fundo do Paraná, está vinculado à Unidade Executiva do Fundo Paraná (UEF), da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI). O Numape, em linhas gerais, tem por objetivo desenvolver ações que promovam o acolhimento e o atendimento jurídico gratuito para o acesso à justiça as mulheres que estejam em situação de violência e que necessitam da proteção para que lhes seja assegurada a tutela de seus direitos, além da desvinculação do agressor; promover ações de prevenção por meio de práticas socioeducativas, articulação e mobilização social, visando ao combate à violência contra as mulheres, bem como, fortalecer a rede de proteção e conscientizar a população acerca dos direitos das mulheres, objetivando o efetivo cumprimento da Lei Maria da Penha, principalmente do artigo 27 da lei “em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado [...]” (Brasil, 2006, on-line).

No que se refere à caracterização do programa, conforme o Plano de Trabalho (UNESPAR, 2021), as ações do Numape se fundamentam essencialmente nas seguintes legislações:

- Constituição Federal de 1988;
- Decreto-lei nº 2.848/1940- Código Penal;
- Lei 11.340/2006 - Lei Maria da Penha;
- Lei 13.104/2015 - Lei do Feminicídio;
- Leis relacionadas as Políticas Públicas de saúde, assistência social, segurança, educação e outras.

Além da base legislativa, o Núcleo é vinculado administrativamente as Pró-Reitorias de Extensão (PROEX) das respectivas IES do estado do Paraná, assim como tem suporte dos setores financeiros, dentre outros.

Por pertencer a estrutura universitária, encontra-se sob o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Entende-se que o conceito de tripé ensino, pesquisa e extensão refere-se à estrutura fundamental que sustenta a base de uma universidade, pois desempenha um papel essencial na formação acadêmica e na contribuição da instituição para a sociedade. O ensino é responsável por preparar os alunos, desenvolvendo habilidades, competências e uma formação crítica. A pesquisa envolve a investigação científica e a produção de conhecimento novo em diversas áreas do saber. A extensão busca atender às necessidades da comunidade, contribuindo para a formação dos alunos e fortalecendo a relação da universidade com a sociedade, como é o caso do Numape, que além do atendimento direto às mulheres em situação de violência, presta acolhimento e orientação em diferentes instituições e para movimentos sociais, contribuindo para ações de prevenção, garantia e defesa dos direitos de todas as mulheres, independente de raça, classe, gênero e condição econômica.

No que diz respeito ao tripé ensino, pesquisa e extensão, uma das entrevistadas pondera que:

*[...] dentro de uma Universidade Pública, estadual, a gente sempre teve tripé, né? Ensino, pesquisa, extensão. Então, a gente talvez já esteja mais acostumada com a importância que é esse vínculo, do que se faz na universidade e com a comunidade, né? De como que a gente chega até a sociedade através do projeto de extensão. Então, eu acredito que é muito válido a gente tirar o fundamento teórico, o que está lá embasando a nossa prática de ensino, um projeto de extensão (Entrevistada 02).*

Em concordância com a entrevistada 02, apesar da importância e da prioridade do projeto ser o acesso à justiça, como certifica o Termo de Cooperação Técnica nº 028/2021, não podemos desconsiderar que tal acesso não se restringe apenas em termos jurídicos, é necessário reconhecer que a dimensão socioeducativa e as ações de enfrentamento e prevenção de violência nas suas mais diversas expressões, na efetivação e fortalecimento de políticas públicas para o estabelecimento de redes sociais e de proteção, assim como o próprio apoio jurídico no enfrentamento à violência contra a mulher em consonância com o cumprimento da Lei nº 11. 340/2006.

Para desenvolver tais ações, fazem-se necessários recursos humanos, físicos e materiais. Sobre a composição quantitativa e qualitativa da equipe, vale salientar que esta se dá sazonalmente por meio da disponibilidade de bolsas, a partir do porte de cada projeto, da quantidade de atendimentos registrados durante o ciclo anterior e lançado no sistema via relatórios mensais, anuais, parciais e de encerramento do convênio.

Tratando-se de projetos de extensão, a seleção é realizada por meio de edital público, com exceção dos professores, que são prioritariamente membros do corpo docente da universidade que tem o NUMAPE e de acordo com a especificidade de atendimento, além do Direito, Serviço Social ou Pedagogia ou Psicologia, e que possuem experiência na área. A composição de recursos humanos é composta pelas modalidades de bolsas descritas a seguir:

Quadro 3- Recursos humanos do NUMAPE- por convênio

Modalidades de bolsas	Carga horária	Valor R\$
Docentes	(*)	1.288,00
Profissionais	40h	2.500,00
Graduandos	30h	931,00

Fonte: pelas autoras, conforme o Ato Administrativo Nº 01/2022/UEF.

(\*) Os docentes estipulam a carga horária conforme a disponibilidade e plano de trabalho.

Em atendimento ao estabelecido no TC nº 028/2021, um dos professores orientadores deve, obrigatoriamente, ser da área do Direito. No que diz respeito à coordenação do núcleo, não há uma vaga específica para essa função; o professor que a assume acumula as funções de coordenação e supervisão da sua especialidade. Para os demais profissionais, é exigido no momento da inscrição que tenham, no máximo, três anos de formação na área pretendida, apresentem registro profissional e não possuam outro vínculo de emprego. Quanto aos estudantes de graduação, eles devem comprovar matrícula ativa e frequência no curso referente à vaga desejada.

Para viabilizar o financiamento de projetos por meio do repasse de recursos, ressaltamos que essa destinação considera critérios específicos, principalmente a composição das equipes de trabalho e o número de atendimentos realizados. Isso significa que o montante destinado aos projetos pode variar conforme o tamanho da equipe e do número de atendimentos, refletindo diretamente na alocação de fundos para cada projeto, da seguinte maneira:



Quadro 4 - Composição da equipe por portes, modalidades de bolsas e outras despesas – NUMAPE.

PORTE	NUMAPE	Modalidades de Bolsas (1)					Outras Despesas Custeio/ Investimento (2)	TOTAL (1+2)
		Quantidade			Valor	SubTotal (1)		
		Coordenador Estadual** R\$1.875,00	Profissional Graduado** R\$2.500,00	Orientador** R\$1.288,00	Estudante***			
Porte 1	UEL *	1	5	1	134.064	509.976	40.000	549.976
Porte 2	UEM	0	4	2	44.688	346.512	30.000	376.512
Porte 3	UEPG	0	4	2	44.688	346.512	30.000	376.512
	UENP (Jacarezinho)	0	4	2	44.688	346.512	30.000	376.512
	UNICENTRO (Guarapuava)	0	4	2	44.688	346.512	30.000	376.512
Porte 4	UNIOESTE (Toledo)	0	3	2	44.688	286.512	30.000	316.512
	UNIOESTE (Francisco Beltrão)	0	3	2	44.688	286.512	30.000	316.512
	UNESPAR (Paranavaí)	0	3	2	44.688	286.512	30.000	316.512
	UNICENTRO (Irati)	0	2	2	44.688	226.512	30.000	256.512
	UNIOESTE (Marechal Cândido Rondon)	0	2	2	44.688	226.512	30.000	256.512
	UNIOESTE (Foz do Iguaçu)	0	2	2	44.688	226.512	30.000	256.512
TOTAL	11 Projetos	1	36	21	580.944	3.435.096	340.000	3.775.096

\*Instituição com Coordenação Estadual

\*\*A concessão de Bolsas e Outras despesas de Custeio/ Investimento deverão atender, também ao disposto no Ato Administrativo da UGF.

\*\*\*Fica facultado a cada Núcleo definir a quantidade de bolsistas, Estudantes de Graduação (30h) e/ou de Iniciação à Pesquisa e Extensão (20h), tendo como limite valor estabelecido nesta Tabela.

Fonte: Portaria 011/2022

Essa classificação é feita para determinar a quantidade de recursos e a concessão de bolsas para os municípios, por isso segue a classificação por porte, com prioridade a área do Direito e o acesso à justiça. De acordo com a Lei Complementar nº 108, de 2005, a definição do porte de um município leva em consideração diversos fatores, como: o número de habitantes, que é um dos principais critérios para classificar o porte de um município; a capacidade econômica do município, medida pela renda per capita; e pela estrutura administrativa e serviços públicos. Os municípios com maior capacidade de gestão, infraestrutura e serviços públicos mais complexos também podem ter um porte maior (Brasil, 2005).

Além disso, vale mencionar que o enquadramento das IES por porte é classificado a partir dos quadros de avaliação de desempenho que são gerados mensalmente, a partir da inserção dos dados pelos NUMAPes até o 5º dia útil de cada mês. A metodologia foi utilizada para determinar o desempenho de cada projeto e respectiva colocação por porte, de acordo com o contido no documento “Memória de Cálculo” da Portaria Nº 011/2022.

Conforme o documento referido, as ações realizadas durante o período avaliativo foram agrupadas por ações quantitativas e ações qualitativas, bem como:

Quadro 5- Avaliação de desempenho dos projetos

<i>Modalidades das Ações</i>		<i>Peso</i>
<b>Ações Quantitativas - AQT</b>	<i>Jurídico</i>	3,0
	<i>Acadêmico – Científico Orientativo</i>	2,0
<b>Ações Qualitativas - AQL</b>	<i>Casos Solucionados/ Arquivados Definitivamente</i>	3,0

Fonte: Portaria 011/2022/UGF.

Conforme aponta o quadro de avaliação de desempenho, as ações quantitativas de avaliação são obtidas com peso maior aos processos jurídicos e as ações qualitativas a partir da resolução de casos, isto é, solucionados e arquivados. Percebe-se então que o cumprimento efetivo da Lei Maria da Penha, tratando-se de ações que promovam o acolhimento e o atendimento jurídico gratuito para o acesso à justiça a essas mulheres, ficam, nitidamente, fragmentadas e pontuais, pois para o Estado vale mais em termos quantitativos e qualitativos a representação numérica e não de fato o rompimento com esse cenário de opressão, que se encontra na aparência, desconsiderando a análise da realidade.

No que se trata sobre os objetivos da concessão de bolsas em projetos extensionistas apoiados com recursos do Fundo Paraná, conforme aponta o Ato Administrativo nº 01/2023/UEF, destaca-se:

- I - Estimular a formação de profissionais capacitados em experiências práticas, com o objetivo de incrementar a empregabilidade, ampliando a oferta e a qualidade de profissionais capacitados para a área do projeto;
- II - Apoiar profissionais e especialistas visando ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Compreende ações voltadas ao desenvolvimento de produtos e processos inovadores e a disseminação de conhecimento, cuja relevância possa contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Estado (Paraná, 2023, p.11).

Apesar da disseminação e execução da Lei Maria da Penha através do aprofundamento teórico e da participação em grupos de pesquisas e publicações das produções com base nas experiências profissionais e demandas apresentadas. Percebe-se a partir da caracterização dos projetos de extensão que tal objetivo se torna um dilema ética, diante da realidade contraditória, como aponta Valensuela (2020).

A manutenção da equipe com estudantes de graduação e profissionais na condição de estagiários bolsistas, segundo a autora, é uma estratégia da gestão estadual para preencher uma lacuna no atendimento de uma demanda prioritária, abrangente e complexa. Constitui-se em mão de obra mais barata para o Estado do que estruturar Defensorias Públicas, fazer concurso e manter quadro de pessoal efetivo, com salário e condições de trabalho adequadas. Isso implica numa rotatividade de profissionais, que além da quebra de vínculos com o público-alvo, não proporciona uma empregabilidade de fato, nos moldes de trabalho formal, com garantias de direitos trabalhistas (Valensuela, 2020).

Nota-se que, embora certifique sobre ações, pesquisas ou processos inovadores para o desenvolvimento dos profissionais que compõem o projeto, contribuindo para sua qualificação, no sentido de proporcionar experiências e oportunidades de aplicar seus conhecimentos acadêmicos e desenvolver competências para sua atuação profissional, assim como estimula a realização de pesquisas que não apenas atendem às questões específicas, como a violação dos direitos das mulheres, mas também agregam valor ao currículo profissional, pois trazem uma perspectiva do real e aplicada à formação teórica. É concernente mencionar que a contribuição maior é em benefício do Estado, pois há uma limitação para permanência dos mesmos. Inclusive há critérios de acesso à bolsa, para inserção nos projetos, tais como, não acumulo de bolsas e com limite de permanência no projeto até três anos, sobretudo com equipes reduzidas com quantidades desproporcionais em relação à complexidade, “somado a isso, há, ainda, um acúmulo de funções perante a escassez de bolsas para todas as áreas, como a de coordenação e supervisão, além da defasagem de valores e atrasos de bolsas, aumento da demanda nos últimos anos [...]” (Valensuela, 2020, p.266).

Quando nos referimos às garantias de trabalho, devemos considerar também o espaço sócio-ocupacional em que essas(es) profissionais exercem suas funções e se é possível atender os objetivos propostos pelo projeto, pois segundo os documentos analisados e a experiência cotidiana no projeto, apesar da Portaria nº 009/2021, no art. 12, parágrafo XIV estipular que “a destinação dos recursos mencionados no inciso anterior deverá priorizar despesas de infraestrutura e identidade visual do ambiente onde estão instalados os núcleos [...]” é evidente que ainda há problemas relacionados à estrutura física, que também é contrapartida da Universidade.

Além da necessidade de reformas estruturais no ambiente, verificou-se que, embora nem todos os núcleos estejam dentro das instalações da universidade, a maioria dos atendimentos ocorre em salas compartilhadas. Essas salas, contudo, carecem de

condições apropriadas para assegurar o sigilo necessário tanto no atendimento às assistidas quanto na manutenção e segurança dos registros, o que compromete a privacidade e o cumprimento dos padrões de confidencialidade exigidos.

Nessa direção, em relação aos recursos, todas as despesas previstas no Plano de Trabalho são submetidas à aprovação da SETI, observadas suas especificidades e sua vinculação/uso no projeto. São financiáveis outras despesas de custeio e investimentos, em conformidade com o objeto proposto:

Quadro 6- Quadro de Usos e Fontes

Categoria Econômica	Elementos de Despesa*
a) OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	01. Diárias
	02. Passagens e despesas de locomoção
	03. Serviços de Consultoria
	04. Material de Consumo NACIONAL
	05. Material de Consumo IMPORTADO ou de USO CONTROLADO
	06. Serviços de Terceiros - Pessoa Física
	07. Obrigações Tributárias e Contributivas
	08. Bolsas
	09. Auxílio Financeiro - Bolsas
	10. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
	11. Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica
b) INVESTIMENTOS	11. Equipamentos e Material Permanente NACIONAL
	12. Equipamentos e Material Permanente IMPORTADO
	13. Obras e Instalações

Fonte: Ato Administrativo nº 01/2022, p. 06.

Embora certifique sobre as despesas e investimentos para o desenvolvimento do projeto, a partir da realidade dos núcleos, demonstra que, em vias burocráticas, a maioria dos recursos são engessados e o processo é moroso, considerando a natureza pública do Núcleo. A concessão dos materiais de consumo é protocolada conforme a renovação dos convênios, bem como: compra de equipamentos e viabilização de materiais gráficos e editoriais, serviços de consultoria; material de consumo nacional; material de consumo importado ou de uso controlado. Ou seja, a insuficiência de materiais de consumo, equipamentos e materiais permanentes (mobília, entre outros) e a manutenção de equipamentos (impressora e ar-condicionado), somada à excessiva demanda de trabalho e a defasagem de profissionais, interferem na concretude do acesso ao direito e à justiça.

Dessa forma, ao analisarmos os documentos referidos, percebemos que, apesar da importância de projetos de extensão na área sociojurídica para atender diretamente em questões relevantes para a sociedade e qualificar profissionais e estudantes remunerados e/ou supervisionados, há diversas lacunas a serem preenchidas. Ainda mais se tratando do papel do Estado, seja em implantação e implementação de políticas públicas ou para a permanência e formação continuada, para além da lógica mercadológica.

Isso justifica a necessidade do Estado mais amplo, enquanto regulador, ampliar o quadro de recursos humanos e financeiros para viabilizar os mecanismos de prevenção e combate à violência contra as mulheres, pois tal demanda exige um olhar minucioso da realidade vivenciada.

Nessa perspectiva, ao considerarmos o acesso à justiça, a partir de projetos extensionistas, é essencial reconhecer a necessidade da articulação entre as instituições e áreas profissionais. Para tanto, reforçamos que essa articulação precisa ultrapassar o campo da aparência/do ideal e delimitado nos espaços sociojurídicos, para evitar lacunas, hierarquias e subordinação. Portanto, a partir da caracterização dos núcleos no efetivo cumprimento da Lei Maria da Penha, abordaremos o trabalho em equipe referente à amostragem da pesquisa.

### 3.2 TRABALHO EM EQUIPE NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR E INTERSETORIAL

Considerando a violência doméstica e familiar contra as mulheres como uma das expressões da questão social, é importante elucidar que, por se tratar de uma problemática complexa e multifacetada, exige uma articulação institucional e trabalho em equipe fundamentados em uma abordagem tanto analítica quanto interventiva. Para tanto, o NUMAPE propõe uma ação interdisciplinar e intersetorial.

No que se refere ao trabalho em equipe, esta articulação de saberes e atuações profissionais se dá de forma ainda muito limitada, a partir do quadro de modalidade por bolsas, normalmente envolvendo duas áreas.

Ressaltamos que os projetos pesquisados – UNESPAR Paranavaí, UNIOESTE Toledo e UEPG Ponta Grossa - têm a atuação do Direito e do Serviço Social como bolsistas, e nos dois primeiros, soma-se a Psicologia com o atendimento voluntário, enquanto na UEPG o atendimento é realizado pela psicóloga da universidade. Desse modo, para

entendermos como se dá a articulação nas ações de prevenção e de enfrentamento à violência contra as mulheres, mesmo diante das prerrogativas apresentadas, torna-se eminente “fomentar a discussão sobre dois eixos estruturantes do sistema de garantia dos direitos: interdisciplinaridade e intersetorialidade” (Valensuela; Bueno, 2016).

Para as autoras, “não há consenso em relação à definição de interdisciplinaridade, uma vez que as diferentes concepções teóricas apresentam abordagens específicas” (Valensuela; Bueno, 2016, p.4). Apesar da terminologia ser imprecisa em algumas discussões, é necessário o papel do Estado em diversas frentes para promover a articulação de diferentes saberes técnicos e intervenções profissionais, a partir das perspectivas do trabalho em equipe: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.<sup>10</sup>

À luz dessa discussão, Potyara (2014) aborda a interdisciplinaridade nas políticas sociais a partir de uma perspectiva dialética, enfatizando a necessidade de uma intervenção integrada e reflexiva da realidade. Para a autora, é preciso reconhecer como uma ferramenta que transcende os limites de uma única área do saber para compreender as complexidades postas no cotidiano profissional.

Diante disso, tratando-se da abordagem interdisciplinar no espaço do NUMAPE, salienta-se que a violência contra as mulheres é uma discussão que não deve ser ponderada apenas sob a ótica jurídica, é concernente a articulação com outras áreas, como o Serviço Social, para possibilitar uma análise crítica das condições estruturais (sociais, econômicas e culturais) que permeiam a temática. Assim, com base nas considerações, apresentaremos como se dá o acesso à justiça através da interface entre as áreas do Direito, Psicologia e Serviço Social.

Tomando como base que a composição profissional é a partir da TC nº 028/21, pontuaremos sobre as atribuições das(os) bolsistas de acordo com o Edital de modelo padrão disponibilizado às IES pelas Coordenadorias Estaduais dos projetos, devendo atender ao disposto na Portaria UGF nº 09/2021, sobre a seleção de profissionais e estudantes de graduação, conforme a necessidade por porte.

Quanto às atribuições para a vaga de direito, certifica-se de que:

---

<sup>10</sup>“**Multidisciplinaridade:** o trabalho acontece de forma isolada, geralmente com troca e cooperação mínima entre as disciplinas; **Interdisciplinaridade:** as relações profissionais e de poder tendem à horizontalidade, as estratégias de ação são comuns e estabelece-se uma troca recíproca de conhecimento entre as diferentes disciplinas; **Transdisciplinaridade:** a coordenação é realizada por todas as disciplinas e interdisciplinas, propondo a criação de um campo com autonomia teórica, disciplinar e operativa”. (Regina Ely, 2003, p.114, grifo nosso).

[...] A(O) Bolsista Graduado de Direito- Advogada(o) - promoverá atendimentos à população oferecendo-lhes orientação jurídica, encaminhamentos às esferas jurídicas e administrativas, ajuizamento de ações, realização de petições, acompanhamento de processos em todas as suas fases [...] (Paraná, 2024, n.p.)

Para tanto, vale ressaltar que podia candidatar-se para essa modalidade de bolsa profissional recém-formados que tenha concluído sua graduação há no máximo três anos<sup>11</sup>, tendo vinculação entre a sua formação e o objetivo do projeto. Conforme o Edital Público, as atividades são orientadas e supervisionadas pela coordenadora do Núcleo e professor(a) orientador(a) da área, de acordo com as ações abaixo:

Quadro 7- Atribuições da (o) profissional e estudante de graduação da área de Direito

PROFISSIONAIS	ESTUDANTES
Intervir administrativa ou judicialmente na defesa dos direitos individuais e coletivos das mulheres, prestando assistência judiciária gratuita, analisando autos de processos judiciais e administrativos assim como elaborando peças jurídicas, participando de audiências judiciais, atendendo e orientando as mulheres atendidas pelo Projeto.	Promover trabalhos de pesquisa doutrinária e jurisprudencial e análise de processos judiciais e administrativos, auxiliando na elaboração de peças jurídicas.
Realizar trabalhos de pesquisa e jurisprudência, assim como estudos teóricos e práticos, visando a ampliação de conhecimentos na área de proteção e defesa de direitos da mulher.	Acompanhamento às Advogadas(as) e do Coordenador(a)/Orientador(a) às audiências judiciais e aos locais onde serão desenvolvidos trabalhos externos;
Atuar nos programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher, do município onde o NUMAPE está instalado.	Realização de estudos teóricos e práticos, assim como produção, apresentação e publicação de trabalhos relacionados à área de atuação do NUMAPE (família e violência doméstica);

Fonte: pelas autoras, a partir do Edital da Portaria UGF nº 09/2021.

Considerando o NUMAPE como um órgão de assistência jurídica e social, cabe pontuar que a (o) advogada(o) não atua como assistente de acusação, suas atribuições são voltadas para a orientação jurídica e no acompanhamento processuais das mulheres atendidas, assegurando que todas as medidas protetivas e direitos sejam efetivamente implementadas durante o processo. Realizam ações na área de família, como solicitações de alimentos, regularização de guarda, visitas, divórcio, reconhecimento e dissolução de união estável.

<sup>11</sup> A partir da EG nº09/2024, atualmente, não se segue mais esse critério para a contratação de profissionais.



Nessa mesma lógica para a concessão de bolsas, com base no Edital referido, no que diz respeito ao Serviço Social, foco desta pesquisa, certifica-se de que o(a) profissional graduado(a) desenvolverá as atividades, sob os mesmos critérios de supervisão da Coordenação do Projeto e do(a) Professor(a) Orientador(a).

Quadro 8- Atribuições da (o) profissional e estudante de graduação da área do Serviço Social

PROFISSIONAIS	ESTUDANTES
Realizar acolhimento e orientações sobre o atendimento prestado pelo NUMAPE.	Suporte operacional ao Assistente Social e auxílio na realização das atividades correlatas, inerentes ao projeto e de menor complexidade
Realizar entrevista, estudo social, relatórios, pareceres e informações técnicas sobre a matéria de Serviço Social.	Contribuir no atendimento à população do Núcleo através da realização da triagem e cadastramento destes;
Encaminhar demandas familiares que não possam ser atendidas pelo NUMAPE, para os órgãos da rede de atendimento à Mulher do município, bem como colaborar com as instituições do Sistema de Garantias dos Direitos no que se refere aos Plano de Políticas Públicas e aos protocolos e fluxos de atendimento à Mulher em situação de violências	Colaborar na garantia dos direitos individuais e coletivos das Mulheres e suas respectivas famílias, auxiliando os(as) profissionais graduados(as) do NUMAPE na escuta e acolhimento qualificado, atendimento e acompanhamento social, avaliações sociais, elaboração de perícias sociais por meio de estudos e emissão de pareceres e laudos sociais, encaminhamentos quando necessário for;

Fonte: pelas autoras, a partir do Edital da Portaria UGF nº 09/2021.

Embora o Serviço Social seja um curso superior de suma importância para o enfrentamento e fortalecimento das ações desenvolvidas no projeto, bem como representado no quadro de atribuições, reforçamos que a escolha de cada área profissional fica a critério de cada instituição, e a prioridade é o curso que tem em cada universidade. Assim, percebe-se que a relevância social e o aprofundamento teórico com base na intervenção analítica não são pontos pertinentes para o Estado, uma vez que prioriza os dados quantitativos, como já foi observado.

Além das atribuições individuais, quando se trata de um projeto de extensão, há atividades que se tornam competências da equipe na sua integridade, sendo elas:

- Realizar estudos e pesquisa a partir da reflexão sobre a prática desenvolvida, visando à ampliação de conhecimentos na área de prevenção e enfrentamento às situações de violência contra a Mulher da Comarca;
- Produzir, publicar e apresentar trabalhos científicos relacionados à área de atuação do Projeto;



- Colaborar em todos os atos que se fizerem necessários junto a coordenadora do Projeto, para o seu bom desenvolvimento, inclusive na orientação dos acadêmicos bolsistas;
- Participar das reuniões e programas desenvolvidos pela Rede de combate à violência doméstica da cidade onde está instalado o NUMAPE (Edital da Portaria UGF nº 09/2021).

São essas atividades que reforçam o tripé da Universidade e, consequentemente, os objetivos do NUMAPE no sentido de elaborar estratégias que possam analisar as interfaces da dominação patriarcal-capitalista e as possibilidades de prevenção para o rompimento das violações vivenciadas, como também a contribuição da pesquisa e do estudo de caso a partir das reflexões sobre o exercício profissional para o enriquecimento teórico, prático e técnico que, mediante aos dados quantitativos e qualitativos, possibilitam a elaboração e execução de políticas públicas e sociais.

Ainda sob a perspectiva de interdisciplinaridade, não menos importante, a Retificação da Portaria nº 09/2021/UGF dispõe no art. 17º, X, que “os projetos poderão contar com a atuação de alunos e docentes voluntários das áreas de Direito ou Psicologia ou Serviço Social ou Pedagogia [...], vinculados à Instituição de Ensino Superior do Paraná” (Paraná, 2021, n.p.). Sendo assim, após a redução no quadro de recursos humanos em cumprimento a TC nº 028/2021, os atendimentos psicológicos passaram a ser desenvolvidos através de parcerias com as Universidades locais.

Considerando as particularidades de cada Núcleo, e com base na amostragem da pesquisa, é importante esclarecer que apenas os projetos da UNESPAR e da UNIOESTE oferecem atendimento psicológico de forma voluntária, enquanto na UEPG o atendimento é realizado pela psicóloga da própria universidade. Conforme identificado, na UNESPAR há uma parceria com a Unifatecie de Paranavaí, onde, sob a supervisão de um docente de Psicologia, os(as) estudantes do quarto ano são responsáveis pelos atendimentos. Já na UNIOESTE, os atendimentos são realizados por meio de um convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) de Toledo, com a participação de uma acadêmica do quinto ano. Apesar dos atendimentos serem voltados para a escuta psicológica, com enfoque orientativo e não interventivo, por se tratar de alunos e alunas em formação, as competências da Psicologia no NUMAPE incluem atividades como: escuta psicológica para ressignificação das situações de violência, apoio na tomada de decisões e contribuição para a compreensão do ciclo da violência e seus impactos. Para a execução

das ações apresentadas, torna-se pertinente considerarmos a contribuição dos docentes<sup>12</sup>, tanto no âmbito da coordenação quanto na modalidade de orientador técnico-científico.

Além do trabalho em equipe de modo interdisciplinar, de acordo com os Planos de Trabalho dos projetos, é fundamental considerar que, para a efetivação dessas ações, conta-se também com a atuação da “Rede de Atendimento e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres”, fomentada pela intersetorialidade de vários órgãos que oferecem apoio, orientação e acompanhamento.

Ao tratar-se da intersetorialidade, Monnerat e Souza (2014) pontuam que é preciso ter em mente que ela ocupa um espaço central no enfoque das políticas sociais, considerando a intensificação das vulnerabilidades sociais e econômicas, assim como a dificuldade do sistema de proteção em suprir ou sanar tais desigualdades estabelecidas pela contradição capital e trabalho. Apesar disso, para as autoras, a intersetorialidade é vista como uma estratégia de gestão entre setores e instituições governamentais (e não governamentais) que busca a integração entre diferentes políticas e setores para enfrentar as vulnerabilidades sociais que não podem ser resolvidas por uma única área, promovendo uma abordagem mais eficaz na formulação e implementação de políticas públicas.

Nesse sentido, ao enfatizarmos sobre a articulação intersetorial com o NUMAPE, ressaltamos que a descrição da Rede já foi apresentada no capítulo anterior com base no mapeamento referente aos serviços, programas e projetos de apoio às mulheres em situação de violência. Sendo assim, destacaremos apenas as diferenças entre os territórios para identificarmos a Rede mais restrita ou mais ampla nestes municípios delimitados.

Por conseguinte, a partir da caracterização da amostragem apresentada na introdução, destaca-se que o município com o maior porte, é o único que tem uma casa de apoio para o acolhimento do público-alvo, denominada por “Casa da Mulher”. Conforme divulgado pelo Portal Leis Municipais, o Decreto nº 20.069/2022, cria a Casa da Mulher na estrutura administrativa da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, “proporcionando atendimento psicológico e social, além de orientação e encaminhamentos jurídicos, contribuindo para o fortalecimento da mulher e rompimento do ciclo de violência”. (Ponta Grossa, 2022).

---

<sup>12</sup> Com base no Ato Administrativo Nº 01/2022/UGF, para a condição de coordenador (a) cumpre realizar os encaminhamentos burocráticos para a manutenção do projeto, incluindo os procedimentos de contratações, empenhos para a concessão de bolsas e de recursos materiais, dentre outras. Quanto ao(a) orientador (a), que deve ser docente e ou pesquisador da instituição, tem a atribuição de supervisionar e direcionar as atividades a serem exercidas pelos bolsistas (Paraná, 2022).

Já o segundo maior município, de acordo com o porte, não tem uma casa de apoio específica, mas conta com a articulação junto ao CREAS, as mulheres são acolhidas em uma “ala reservada” para fins de atendimento especializado, conforme exposto:

*elas ficam no abrigo aqui, numa ala reservada e tudo mais com as crianças, se for o caso, mas ainda não existe, está sendo construída. Então, o aparato hoje é colocar essa mulher nesse abrigo separado ali, [...] e o bolsa-auxílio, por exemplo, depois da briga, a mulher vai precisar ver uma kitnet, um lugar para ficar. Aí eles têm que fazer o recibo para o CREAS, com essa justificativa todo mês, para receber o valor do aluguel, até um ano (Entrevistada 02).*

A fala da entrevistada demonstra aspectos fundamentais para pensarmos nas estruturas de acolhimento ofertado e o papel (ou ausência) do Estado para uma resposta mais rápida e eficaz às mudanças estruturais que fomentam o aumento dessas violações. O fato de o espaço ainda estar sendo construído indica a falta de infraestruturas adequadas para atender às demandas de emergência. Além disso, vale observarmos que, para além do acolhimento institucional, ainda que seja no intuito de garantir autonomia ou rompimento com o cenário de opressão, é necessário um acompanhamento contínuo para que, nesse período vigente, ela possa buscar medidas de se integrar em sociedade novamente de forma dependente. Outro ponto a ser analisado na fala da entrevistada remete ao excessivo controle do uso do auxílio. Considerando este protocolo de apresentar os recibos todo mês para justificar a sua permanência, pode tornar o processo mais difícil por causa da exposição constante e repetição da situação, apenas para fins burocráticos.

Destaca-se ainda que o município conta com a atuação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM)<sup>13</sup>, tendo como atribuição assegurar os direitos das mulheres em situação de violência, promovendo ações de prevenção e enfrentamento, em colaboração com outros órgãos públicos (Pecegueiro; Alves, 2018). Compreende-se que a implementação da SPM no município facilita a colaboração entre diversas esferas do governo e da sociedade civil para implementar ações integradas, potencializando o impacto das políticas públicas e garantindo um atendimento mais qualificado às mulheres.

Ainda tratando-se da caracterização das Redes, apesar de o menor município não ter uma Rede mais ampla, no sentido institucional, foi o único a registrar que os atendimentos realizados são fundamentados a partir de uma organização de atendimento:

*Quais os dados a gente precisa ter para justificar a necessidade de ações mais efetivas, para justificar a necessidade de políticas públicas, [...] o que nós, enquanto sociedade, enquanto município, precisamos fazer para atender essa demanda? [...] Articulado em rede é justamente trabalhar conjuntamente, estabelecer estratégias com um foco único, que é o combate à violência contra a mulher (Entrevistada 01).*

<sup>13</sup> Vale ressaltar que antes da reestruturação no ano de 2013, a SPM era denominada como Secretaria de Atendimento à Mulher (Pecegueiro; Alves, 2018)

Nessa direção, entendemos que não basta apenas a integração de vários órgãos ou áreas de conhecimento, é fundamental que essa Rede esteja articulada com diálogos críticos a partir da realidade para integrar diferentes atores sociais e otimizar os recursos, e que cada instituição vinculada faça um levantamento/diagnóstico para saber quais medidas e estratégias necessárias para o efetivo atendimento, pois além da mulher em situação de violência, na maioria das vezes, envolve os filhos e familiares.

No que diz respeito aos fluxos e protocolos, identificou-se que o primeiro município indicado estabelece propor orientações e fluxogramas para os atendimentos a partir do Decreto nº 22.064/2023, “de modo a evitar a revitimização das mulheres em situação de violência, sensibilizar os serviços da rede de enfrentamento [...]” (CBN Ponta Grossa, 2023, n.p.). Já no segundo município, nota-se que tem “um fluxo aberto para o atendimento às mulheres, em grande medida, orienta mulheres que já registraram Boletim de Ocorrência por violência doméstica, por meio do trabalho desenvolvido no âmbito da Patrulha Maria da Penha” (Pecegheiro; Alves, 2018, p.852), acrescenta-se ainda que, embora necessário, foi encontrado apenas o Protocolo nº 05/2020 que dispõe sobre a proteção e atendimento à pessoa em situação de violência sexual (vítima) - criança e adolescente. Por fim, seguindo a lógica por porte, o terceiro município segue um mapeamento com base no Diagnóstico da Rede (2021), pelo qual estabelece um fluxograma de atendimento para demandas espontâneas e de acordo com os tipos de violência, conforme a demanda e o levantamento de cada instituição.

Para tanto:

*A forma que isso vai ser estabelecido pela rede é que conjuntamente as instituições, nas reuniões, nos encontros, elas vão estabelecer essas ações [...] e em cada instituição isso vai ser bem claro também no sentido de ter referência e contrarreferência, ou seja, para onde encaminhar essa mulher a partir das demandas que ela me traz [...]. Então, a identificação da rede é extremamente importante, não só pelas estratégias que precisam ser estabelecidas conjuntamente para entender, mas também onde essa mulher vai ser atendida, a partir das demandas que ela tem (Entrevistada 01).*

A fala da entrevista 01 demonstra uma perspectiva eficaz sobre a organização e funcionamento da Rede, destacando a importância da intersetorialidade para garantir que os serviços ofertados não sejam fragmentados ou pontuais. Além disso, ela menciona o conceito de referência e contrarreferência, que é pertinente para o retorno dos encaminhamentos entre os serviços oferecidos para que essa mulher não seja atendida de forma isolada, respeitando suas necessidades e demandas apresentadas.

A partir das entrevistas analisadas, entende-se então que a Rede de Atendimento e Enfrentamento à Violência Contra Mulheres, apesar das suas limitações e desafios, é de suma importância para a efetivação das ações e de estratégias apresentadas na Lei Maria da Penha. Assim, ainda que seja no formato extensionista, o NUMAPE tem uma articulação com diversas políticas e setores por meio da intersectorialidade da Rede, pela qual contribui para o estabelecimento de redes sociais de proteção e assistência jurídica integral e gratuita no âmbito estadual.

Seguindo a lógica da intersectorialidade, embora não mencionado nas entrevistadas, cumpre enfatizarmos o papel fundamental que os Conselhos têm nessa composição para garantias de direitos, especificamente direcionado aos direitos das mulheres, como já pontuamos no primeiro capítulo. Nessa direção, de acordo com Dias; Campoi; Francisco (2023, p.32):

Os conselhos possuem características singulares, relacionadas ao papel que assumem na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas, com a responsabilidade de garantir uma representatividade múltipla de seus membros, a transparência e prestação de contas do Estado.

Embora a universalização dos Conselhos seja um desafio, ainda mais no âmbito municipal, conforme expõem as autoras, os Conselhos têm a função de promover ações articuladas com as instituições, tanto na perspectiva de acompanhar quanto de avaliar a implementação de políticas públicas. Além disso, o Conselho desenvolve uma série de ações e estratégias ímpares na luta pela igualdade de gênero e na defesa dos direitos das mulheres nos âmbitos local e regional, assim como realiza ações na perspectiva de sensibilizar a população por meio de campanhas educativas sobre violência doméstica e familiar e sobre os direitos das mulheres através da articulação entre os setores públicos e diferentes políticas públicas.

Neste aspecto, cumpre enfatizar que a interdisciplinaridade e intersectorialidade em projetos de extensão são de extrema importância para a integração entre diferentes políticas e setores, com a finalidade de enfrentar demandas complexas. Além disso, reforça a necessidade de coordenação entre políticas de saúde, educação, assistência social e outros setores para criar respostas mais coesas frente às vulnerabilidades sociais. Sendo assim, a literatura atual considera essa articulação não apenas como um conceito teórico, mas como uma prática essencial para enfrentar a complexidade das questões sociais contemporâneas.

Diante das considerações apresentadas ao longo desta pesquisa, direcionamos a discussão para a atuação do Serviço Social no âmbito extensionista, com enfoque no

NUMAPE, destacando os desafios profissionais identificados na pesquisa de campo. A maioria desses desafios estão associados, em particular, ao TC nº 028/2021, que prioriza a área de Direito em todos os Núcleos, permitindo que a instituição proponente escolha uma segunda área para integrar o Programa, neste caso, o Serviço Social. Desde o processo de renovação profissional, a área tem enfrentado limites para consolidar sua autonomia, ainda que relativa, nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

### 3.3 SERVIÇO SOCIAL NOS NUMAPES: DESAFIOS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Para iniciar esta discussão, ressaltamos, no entanto, que não é a pretensão, aqui, debruçarmos por toda a história do Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, mas sim analisarmos o exercício profissional frente à temática abordada. Nesse contexto, destaca-se a relevância da intervenção da(o) assistente social como parte essencial nas ações de prevenção e combate à violência doméstica contra as mulheres.

Para tanto, ao considerarmos a violência doméstica como uma das interfaces da questão social, torna-se necessário pontuar que:

A história do Serviço Social é atravessada, desde a sua gênese, pelas relações sociais de sexo, uma vez que essa profissão não está inserida apenas na divisão sociotécnica do trabalho, mas, também, na divisão sexual do trabalho, determinação central dos antagonismos e desigualdades [...]. (Cisne; Santos, 2018, p. 151).

A respeito dessa percepção, é passível de entendimento que, além da presença significativa de mulheres na composição da profissão<sup>14</sup>, as autoras indicam que o Serviço Social, desde sua gênese, é influenciado por um contexto social que determina os papéis e funções desempenhados pelas(os) assistentes sociais. Ainda de acordo com elas, “a relação entre o Serviço Social e a diversidade sexual insere-se no processo histórico de amadurecimento da renovação teórica-metodológica e ético-política da profissão no Brasil” (Cisne; Santos, 2018, p. 161). Isto é, por meio de um processo de reflexão teórica e crítica sobre as demandas apresentadas à profissão, foi possível o amadurecimento da

<sup>14</sup> “Iamamoto (1994, p.50) indica que “[...] as figuras da “mãe”, da “educadora” e do “sacerdote” são fundidas na imagem social dessa profissão, construída sob uma frágil base técnico-científica, historicamente tendente a dar importância a “dons”, traduzidos em atributos de classe naturalizados como essenciais à tarefa educativa e moralizadora às classes subalternas”.

intervenção profissional diante das diversas formas de preconceito e discriminação, principalmente as que afetam as mulheres. Por isso a importância do compromisso com a igualdade de gênero e da luta contra todas as formas de opressão, discriminação e preconceito, conforme estabelecido no Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993, especialmente, tratando-se dos princípios fundamentais da profissão, como certifica o princípio XI, que orienta o “exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (Brasil, 2012, p.24).

Não apenas o Código de Ética, mas vale pontuar que o compromisso e defesa da classe trabalhadora na perspectiva crítica se alinha também na formação acadêmica, bem como estabelecido nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, ao tratar dos princípios que fundamentam a formação, dentre eles:

[...] 3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; 4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares; 5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade [...] (ABEPSS, 1996, p.6)

Ou seja, o próprio projeto pedagógico de formação profissional a ser oferecida pelo curso de Serviço Social busca estabelecer um perfil crítico e interventivo que possa mediar nas diversas expressões da questão social através de um olhar analítico e investigativo da realidade, considerando a totalidade vivenciada pelo público alvo.

Nesse sentido, é fundamental destacar que todas essas considerações, no que se refere aos valores e princípios profissionais, deram materialidade ao projeto profissional, denominado de Projeto Ético-Político da(o) Assistente Social, que apresenta uma autoimagem da profissão em constante construção. Segundo Silva (2010, p. 82), "o projeto profissional é fruto de um acúmulo histórico de lutas pela construção de uma direção hegemônica no seio da categoria." A arena em que se constituiu o projeto foi marcada por embates teóricos, ideopolíticos e de método de análise". A autora também ressalta que o projeto oferece uma base para o exercício profissional, comprometido com a transformação social e a defesa dos direitos sociais, civis e políticos, dentro de uma perspectiva dialética.

A partir dessa percepção, torna-se imprescindível reconhecer que, para a efetivação do Projeto Ético-Político, as discussões de gênero e a defesa do direito à diversidade sexual são elementos fundamentais para a reafirmação dos valores centrais da profissão. Como expõe Netto (1999, p. 104-105) apud Cisne e Santos (2018, p.145) ,que:

[...] o projeto ético-político tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre as alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. A partir destas escolhas que fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional.

Sendo assim, consideramos que o Serviço Social não pode dissociar-se das questões políticas e sociais que estruturam a sociedade, pois o exercício profissional da(o) assistente social deve ser permeado pela análise crítica das relações sociais, sobretudo de gênero, a partir dos documentos que se materializam no trabalho profissional para não se restringir ao imediatismo, em intervenções pontuais e fragmentadas.

Tratando-se da temática, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em suas manifestações, certifica a respeito da intervenção da(o) assistente social frente à violência contra as mulheres como um compromisso profissional. Sinalizando que:

Ao longo desses quinze anos, o Serviço Social brasileiro, balizado pelos princípios éticos profissionais, incorporou a Lei Maria da Penha no seu cotidiano pelo compromisso histórico da categoria contra todas as formas de opressão. E conhecer a fundo a lei e lutar pela sua operacionalização integral passou a ser um compromisso de todo e toda assistente social (CFESS, 2021, n.p.).

Com isso, entendemos a Lei Maria da Penha não apenas como um instrumento jurídico, mas também como uma ferramenta essencial para o exercício profissional da(o) assistente social, pautado no compromisso ético-político da profissão. Nessa direção, é pertinente concordarmos com uma das entrevistadas ao pontuar que:

*A Lei Maria da Penha é o que a gente tem de aparato legal desde 2006 [...] é fundamental para que se tenha tantas instituições para o atendimento às demandas específicas quanto para formulações de outras políticas públicas, que a sociedade precisa que o estado responda [...]* (Entrevistada 01).

Observa-se que, além da implementação da Lei, conforme a necessidade de mecanismos e políticas públicas de garantias por direitos, destaca-se também, como um instrumento necessário para o exercício profissional, a partir de uma postura investigativa da realidade, baseado nas contradições das relações sociais entre os sexos, tendo como base a dominação e exploração capitalista-patriarcal.

Sob essa perspectiva, embora o Serviço Social no Brasil<sup>15</sup> tenha passado (ou ao menos tentado) por um processo de renovação profissional, observamos que a identidade

---

<sup>15</sup>O processo de renovação do Serviço Social no Brasil é o “[...] conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de



feminina ainda prevalece nos espaços sócio-ocupacionais, especialmente no que diz respeito à atuação frente à violência contra as mulheres, como demonstra a caracterização profissional apresentada nesta pesquisa.

Quadro 9- Identificação profissional da amostragem.

<b>Identificação profissional</b>	<b>Gênero</b>	<b>Etnia/cor</b>	<b>Idade</b>	<b>Tempo de atuação no projeto</b>	<b>Titulação</b>
Entrevistada 01	Feminino	Preta	29	3 anos como profissional e 2 anos como estagiária	Graduação em Serviço Social
Entrevistada 02	Feminino	Parda	33	8 meses*	Graduação em Serviço Social; mestrado em educação; e doutorando em história
Entrevistada 03	Feminino	Branca	22	6 meses*	Graduação em Serviço Social (recém-formada)
*Tempo mencionado corresponde ao período em que as entrevistas foram conduzidas, entre o mês de agosto e setembro de 2024.					

Fonte: pelas autoras, 2024.

Considera-se, então, que os dados apresentados indicam a permanência da representação social sobre a profissão. Embora a finalidade não seja analisar a relação entre o Serviço Social e a continuidade da identidade feminina na atualidade, é importante reconhecer que esse perfil profissional permite uma intervenção analítica a partir das contradições sociais e históricas que perpassam as relações de gênero. Neste sentido, a

---

suas tradições e da assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais” (Netto, 2017, p. 138-139).

atuação da(o) assistente social, ao ser inserida nas dinâmicas institucionais e sociais, exige um olhar crítico e reflexivo sobre as relações de poder e as desigualdades estruturais.

Partindo da perspectiva de que a(o) assistente social tem perfil crítico e interventivo para mediar nas diversas expressões da questão social, sobretudo nas desigualdades de gênero, a Lei nº 8.662/1993, em seu Art. 4º, inciso V, ratifica a importância dessa atuação ao atribuir ao profissional a função de "orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos". A orientação, nesse caso, torna-se um instrumento essencial para a efetivação de direitos no exercício profissional em projetos de extensão como o NUMAPE, que busca, com base na lei, criar um ambiente de acolhimento e suporte para mulheres em situação de violência.

Sendo assim, ao considerarmos o Serviço Social inserido neste contexto de luta e transformação, é possível alinharmos a perspectiva teórica com a empírica, conforme destaca Iamamoto (2000, p. 70) "o Serviço Social é uma atividade que, para se realizar no mercado, depende das instituições empregadoras, pelas quais o assistente social dispõe de uma relativa autonomia no exercício do seu trabalho". Essa autonomia relativa colocada pela autora deve ser compreendida dentro dos limites e possibilidades impostas pelas instituições, mas também como um espaço de intervenção crítica, na busca de garantias de direitos, apesar dos tensionamentos e correlação de forças existente nesses espaços.

Nessa direção, Iamamoto (2000) propõe uma postura relativamente equilibrada para os assistentes sociais que não seja nem messiânica, no sentido de ser idealista demais, de achar que os problemas sociais podem ser resolvidos de forma milagrosa ou imediata. E nem fatalista, de se conformar com a realidade e acreditar que nada pode ser feito para mudar a situação. A postura defendida pela autora é a de um profissional crítico e realista, que reconhece as dificuldades, mas busca transformações práticas e possíveis, sem perder de vista a justiça social.

Com base nesta postura da autora, refletimos sobre o Serviço Social no NUMAPE. Para tanto, tratando-se do exercício profissional no projeto, apontaremos essa análise com base nos Planos de Trabalho do Serviço Social no Numape e mediante a contribuição da Pasta de Estágio (Santos; Silva; Semzezem, 2023), especificamente, o Plano de Estágio em Serviço Social, elaborado pela autora com contribuições e correções das supervisoras de campo e acadêmica.

Sendo assim, o objetivo profissional na instituição é realizar os atendimentos às mulheres que estão com os seus direitos violados, bem como fomentar, articular e mobilizar

instituições – públicas ou privadas – que ofertam serviços que atendem às demandas das mulheres atendidas pelo núcleo, principalmente no que tange à condição socioeconômica, para possibilitar o rompimento do ciclo da violência doméstica e intrafamiliar e se reconhecerem como sujeitas de direitos. Além disso, são realizadas estratégias de prevenção e enfrentamento da violência, através de palestras, participação em mesas coordenadas e/ou rodas de conversas e atividades socioeducativas nas instituições que propuserem a ação, como por exemplo, no período das campanhas nacionais do “agostolilás” e os “21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres”, dentre outras.

Diante das competências apresentadas, ainda no que tange as atividades do Serviço Social, com base no Plano de Estágio em Serviço Social (Santos; Silva; Semzezem, 2023), destaca-se também:

- Contribuição na elaboração de projeto de intervenção das estagiárias do Núcleo em matéria de Serviço Social, permitindo a articulação das dimensões teórico-metodológica com as dimensões técnico-operativas e ético-políticas da profissão;
- Estudos sociais, bem como relatórios, laudos e pareceres sociais em matéria do Serviço Social para arquivo privativo da Assistente Social para conhecer de forma crítica uma determinada situação;
- Produção e publicação de artigos científicos para publicitar as reflexões realizadas ao longo da vivência no projeto, contribuindo para a ampliação da pesquisa;
- Participação ativa na Rede de Atendimento e Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres e encaminhamentos para a rede com o objetivo de ampliar o atendimento às mulheres em situação de violência e prestar informações gerais sobre quais órgãos a mulher deve procurar em situação de vulnerabilidade das/os filhas/os menores de idade; Reuniões periódicas e constantes em equipe do NUMAPE para debater sobre o trabalho executado e definir estratégias;
- Emissão de atas, recibos e demais documentos necessários ao núcleo a fim de colaborar em todas as atividades de natureza social e administrativas que se fizerem necessárias para o bom desenvolvimento do projeto, estabelecidas pela Coordenação e/ou Professores Orientadores e de Apoio do Projeto.

Para tanto, considerando o processo sócio-histórico da profissão, cabe mencionarmos a importância da instrumentalidade no trabalho da (o) assistente social para desenvolver suas atribuições e competências alinhado ao compromisso ético-político da profissão para utilização de instrumentais técnicos. De acordo com Guerra (1999), a

instrumentalidade é um modo de ação profissional, que implica na utilização de diversos conhecimentos teóricos e práticos, bem como da reflexão crítica sobre a prática cotidiana, para intervir nas questões sociais de maneira ética e política.

Sendo assim, para efetivação da intervenção profissional no NUMAPE, os instrumentais utilizados pelo Serviço Social são: ficha de triagem; relatórios, ofícios e encaminhamentos; e ficha de avaliação socioeconômica.

A ficha de triagem é instrumental utilizado pelo NUMAPE e realizado pela assistente social, para anotar e analisar as demandas e encaminhamentos que serão necessários. É composta pelos dados pessoais da assistida, como nome, data de nascimento, CPF, RG, grau de instrução, profissão, religião, endereço, assim como os dados pessoais do autor da violência. Inclui também questões do setor jurídico, se a assistida realizou boletim de ocorrência ou possui medida protetiva, se é casada ou não com o autor da violência, o período da união, se há bens para partilha e se possui filhos com o autor da violência. Na ficha consta uma lista de documentos que são necessários para ajuizar a ação na Vara de Família, que são informados para a assistida providenciar para posterior continuidade do atendimento, caso não tenha trago no dia do atendimento. Para saber a composição familiar da assistida é feita a listagem do nome, idade, profissão, parentesco, escolaridade e renda de todos os indivíduos que moram na mesma residência. Na triagem, é possível saber se a assistida é atendida por outro serviço, se recebe benefícios sociais e/ou previdenciários. Contém também o resumo do caso, feito pela assistente social, baseado no depoimento e relato da assistida, que ao final assina a ficha no local indicado.

Nesse momento, desenvolve-se o processo de Escuta Qualificada, que não é uma atribuição exclusiva do Serviço Social, entretanto, na instituição, é a assistente social que realiza esse procedimento. Sendo assim, o atendimento e processo de acolhimento à assistida envolve a escuta qualificada para os devidos encaminhamentos em relação às demandas apresentadas e para o preenchimento da ficha de triagem.

Como já informado anteriormente, são atendidas mulheres com renda familiar de até três salários-mínimos, mediante avaliação socioeconômica que é realizada por meio de entrevista. Posteriormente, é realizado o Estudo Socioeconômico, uma atribuição privativa do profissional de Serviço Social conforme a lei que Regulamenta a Profissão sob o nº 8.662 de junho de 1993, em seu Art. 5º inciso IV onde prevê que compete à profissional “Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social” (Brasil, 1993).

A ficha de avaliação socioeconômica deve conter a Identificação da Assistida (informações pessoais); Características do Domicílio (se urbana ou rural; endereço, bairro, município; cidade; situação de moradia: própria, alugada, cedida ou outro; condições da via pública; como considera a localização de moradia e se esta fica longe dos serviços públicos e atividades de lazer; quanto tempo reside no município e no bairro); Composição Familiar (nome completo; parentesco; idade; escolaridade; situação de trabalho; renda bruta. Se a família possui outros tipos de renda, além do (s) salário (s); Condição de Saúde; e Informações Adicionais (que são expostas detalhadamente pela profissional que atende à demanda). Ao final, a assistida confere as informações registradas e assina a ficha no local indicado.

Ainda em conformidade com a Lei que Regulamenta a Profissão, especificamente no Art. 5º, anteriormente citado, a assistente social do NUMAPE realiza pareceres, quando utilizada a ficha socioeconômica, e relatórios em matéria do Serviço Social que subsidiam a elaboração de relatórios informativos para encaminhamentos a outras instituições, conforme demanda, e para organização da profissional em relação às informações dos casos atendidos pelo Núcleo. Esse documento contém a data e horário do primeiro atendimento, data de nascimento, endereço, contato telefônico, composição familiar, demanda(s), caso encaminhado por qual instituição ou demanda espontânea, relato do caso e continuidade do relato conforme os demais atendimentos. Quando essas informações são utilizadas para encaminhamento, descreve-se a necessidade de acesso a determinada política pública, conforme demanda previamente relatada. Também é elaborado ofício de resposta aos encaminhamentos enviados para o NUMAPE, com as informações de quando a mulher foi atendida e quais os procedimentos estão sendo realizado. Assim como, outros ofícios pertinentes ao pleno desenvolvimento do Projeto.

Além dessas, tratando-se das atribuições do Serviço Social no NUMAPE, conforme a Resolução nº 533, ressalta-se também que:

A supervisão direta de estágio em Serviço Social é atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado supervisor de campo o assistente social da instituição campo de estágio e supervisor acadêmico o assistente social professor da instituição de ensino (CFESS, 2008, p.3).

Ou seja, além da inserção do estagiário como bolsista no projeto, conta-se também com o estágio supervisionado como atividade privativa da(o) assistente social. Considerado como momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, por se configurar como elemento

síntese na relação teoria-prática mediante a apreensão no âmbito acadêmico e nas práticas profissionais.

A partir das considerações envolvendo as atribuições e competências do Serviço Social no Núcleo, buscaremos analisar os desafios para a atuação profissional em projetos extensionistas, a partir das entrevistas semiestruturadas. Para tanto, é importante frisar que a condição de trabalhador assalariado e pertencente a um projeto profissional, que perpassa pelas contradições capitalistas, não foge da lógica mercadológica e é um dos tensionamentos profissionais na atualidade, independente do espaço de atuação em que a(o) assistente social esteja inserida(o).

Sendo assim, entendemos que para a análise do exercício profissional deve ser considerado o contexto histórico na sua totalidade, seja pelas mudanças econômicas, políticas e/ou sociais. Isso demonstra que as práticas profissionais não são isoladas, mas sim pertencentes a um processo em constante transformação que exige uma adaptação profissional frente às novas realidades impostas à classe trabalhadora.

Trazendo para a realidade do NUMAPE, embora ponderamos sobre a caracterização dos projetos de extensão que, por ser articulado o com o tripé da Universidade possibilita uma aproximação com a realidade para além dos atendimentos direto com as assistidas, certifica-se também que “[...] *ao mesmo tempo, esse espaço do assistente social, num projeto de extensão, não queria falar desvalorização, mas que não tem os mesmos direitos trabalhistas que teria em outras instituições (Entrevistada 01).*

A partir da fala da entrevistada no que diz respeito as condições e as relações de trabalho, embora não afirme que há desvalorização, a ausência de garantias trabalhistas aponta para uma forma de precarização do trabalho, ainda que tenha respaldo legal enquanto bolsistas. Apesar de desempenharem funções essenciais, esses profissionais não gozam dos mesmos direitos trabalhistas previstos em outras instituições.

Essa lógica vai de acordo com o que ponderam as autoras Yazbek; Degenszajna; Paz (2019), que o trabalho dos assistentes sociais, como parte da classe trabalhadora na sociedade capitalista, também está inserido na percepção mercadológica e não se isenta de suas precariedades. Assim como outros trabalhadores assalariados, eles enfrentam condições como a precarização, insegurança no emprego, remuneração baixa e instável, ausência de proteção social e trabalhista. A única garantia posta pelos NUMAPES é a possibilidade das(os) bolsistas gozarem de 30 dias de “férias”, considerando o recesso forense e acadêmico/administrativo das Universidades, sem prejuízo no valor das bolsas.

Como já mencionamos no decorrer desta pesquisa, uma das próprias limitações para o exercício profissional da(o) assistente social no NUMAPE remete a nova configuração do projeto que, ao priorizar a área de Direito, classifica as outras áreas como opção secundária, reforçando uma hierarquização e invisibilidade ligada a uma série de fatores históricos, organizacionais e culturais, que refletem a relação de poder e o reconhecimento desigual entre as áreas profissionais.

A vista disso, uma das entrevistadas aponta que:

*[...] Essa prioridade vem muito voltada à questão quantitativa do judiciário. Para justificar a existência do NUMAPE naquele município, é preciso ter um número cada vez maior provando que o projeto está atuando nesses processos criminais que, de fato, as advogadas não atuam, elas acompanham apenas. Então a gente tem uma alteração quase o inverso [...] ao invés de diminuir e trabalhar intervenções que vão trazer um resultado de não acontecer a violência. Ou seja, diminuí ações preventivas, acaba fortalecendo ações de violências que já aconteceram (Entrevistada 01).*

A necessidade de comprovar a relevância do projeto pelo número de processos acompanhados demonstra uma preocupação institucional com métricas que evidenciem resultados aparentes. No entanto, isso pode implicar na prevenção e combate à violência de gênero, por dar ênfase no acompanhamento de casos processados, reduzindo as estratégias e ações preventivas, que são essenciais para evitar a ocorrência inicial da violência. Sendo assim, tendo como base as discussões do primeiro subtópico deste capítulo, ponderamos que, a percepção de “acesso à justiça” acaba recaindo ao acesso institucional ao advogado(a), na perspectiva do direito positivado, inviabilizando o processo de luta política e social que são bases fundamentais para se alcançar, de fato, garantias de direitos e equidade social.

À medida que o projeto sofre alterações, conseqüentemente, as(os) profissionais do Serviço Social têm que se adaptar às demandas institucionais de acordo com os objetivos propostos pelo Estado:

*Há uma dificuldade em desenvolver uma série de trabalhos, apesar de eu ter falado das possibilidades que a gente tem, mas são possibilidades dentro dessa bolha, deste local [...] a famosa autonomia limitada que a gente vai encontrar em qualquer outro espaço, mas no NUMAPE é nesse sentido. Eu vejo como uma lógica estatal diferente do que deveria ser (Entrevistada 01)*

Então, o Serviço Social, que antes tinha uma autonomia, ainda que relativa, de propor intervenções que poderiam trazer resultados de prevenção e possibilidades de mediação com outras profissões e instituições, a fim de estabelecer uma atuação baseada na interdisciplinaridade e intersetorialidade, passa a desenvolver seu exercício profissional a partir das ações imediatas impostas para a área. Ou seja, embora existam possibilidades

de trabalho dentro do espaço, elas estão condicionadas por barreiras que restringem o exercício profissional, criando o que a entrevistada chama de "autonomia limitada".

Diante disso, convém concordarmos com Raichelis (2020) que a autonomia da(o) assistente social é chamada de relativa porque, embora ela(e) tenha certo grau de flexibilidade para tomar decisões no cotidiano profissional, essa autonomia é condicionada e limitada pelas estruturas sociais e pelas exigências do mercado de trabalho e das instituições em que atua. Dentro dessa perspectiva limitada, sobrepõem-se também os embates no cotidiano profissional, bem como aponta a entrevistada 02:

*Fazer interlocução com outra área [...] talvez esses embates de entendimentos seja um dos desafios [...]. O Serviço Social tem uma especificidade, a gente tem sempre que validar o que é nosso, mostrar nosso trabalho, eu estou fazendo uma ação socioeducativa, mas não é só isso [...] se não qualquer pessoa poderia fazer (Entrevistada 02).*

A entrevistada menciona a necessidade de dialogar com outras áreas, evidenciando que essa interação nem sempre é fluida, os “embates de entendimentos” sugerem diferenças nas perspectivas ou metodologias entre as áreas. Isso reflete a complexidade do trabalho interdisciplinar, que exige constante negociação para alinhar objetivos e garantir ações integradas, na perspectiva do pluralismo<sup>16</sup>. A fala revela um contexto em que, apesar da relevância do Serviço Social, tem a necessidade de constante validação e defesa do espaço e da identidade profissional. Ressaltando um dos desafios do reconhecimento profissional, tanto dentro das instituições quanto pela sociedade.

No entanto, identificamos que essa realidade não se aplica a todos os Núcleos, no que diz respeito a autonomia relativa do Serviço Social. Uma das profissionais expõe que:

*[...] a autonomia no NUMAPE que eu tenho é muito grande para eu poder fazer os atendimentos às vítimas, poder fazer às vezes uma visita domiciliar quando a vítima não consegue ter o acesso aqui [...] autonomia para utilizar os instrumentais que eu acho necessário. Atender aquela vítima da forma mais acolhedora possível (Entrevistada 03).*

A autonomia relatada pela entrevistada contribui para a qualidade do trabalho da assistente social no NUMAPE, mas é importante analisar como essa “liberdade” se articula com as limitações estruturais mencionadas pelas outras entrevistadas. Esse contraste pode indicar que, embora a autonomia exista, ela pode estar condicionada ao tempo relativo de

---

<sup>16</sup> Coutinho (1991) analisa o pluralismo como um conceito que emerge na modernidade, associado à construção do capitalismo e à valorização do indivíduo. Ele divide o pluralismo em: fenômeno social e político, como a diversidade de interesses, grupos e opiniões como parte da estrutura de uma sociedade democrática; e a construção do conhecimento, como abertura ao diálogo entre diferentes perspectivas, essencial para o avanço teórico e prático.



atuação da profissional na instituição, como destacado no quadro 7 de identificação profissional, assim como a caracterização e porte dos projetos.

Esta autonomia se evidencia na escolha dos instrumentais de trabalho. Chamamos atenção ao analisar a fala da entrevistada 03, pela qual foi a única a mencionar a Visita Domiciliar<sup>17</sup> como uma das técnicas operativas do Serviço Social no NUMAPE. Apesar de não ser um instrumento exclusivo da(o) assistente social, é utilizado para identificar as condições existentes de uma família ou usuário, neste caso das assistidas, na perspectiva de conhecer a realidade na sua totalidade existente.

Para além desses desafios apontados no exercício profissional, cabe destacar alguns limites que implicam para o cotidiano e a atuação no projeto, como exemplificamos nesta fala de uma das entrevistadas:

*A nossa sala não tem um espaço adequado para poder fazer o atendimento à vítima de violência. A gente conta agora com três estagiárias [...] só que a nossa sala não tem estrutura. Não consegue acolher a mulher de forma literalmente acolhedora, porque bate muito sol, é muito quente, tem um ventilador só, [...] digamos que não é um ambiente onde a mulher se sente 100% acolhida (Entrevistada 03).*

Assim como já foi ponderado na caracterização do projeto, no que diz respeito a infraestrutura, a profissional destaca a falta de espaço e condições físicas, como a insuficiência de ventilação e a exposição ao calor, o que compromete o acolhimento da mulher em uma situação já vulnerável. A menção de "três estagiárias" sobrepõe-se a uma sobrecarga de trabalho, considerando que ela é a única assistente social e, embora as estagiárias sejam capacitadas, há situações e exigências que competem apenas a profissional especializada.

Para além disso, ela destacou também:

*A questão da locomoção [...] Como eu citei pra você, é longe o NUMAPE, aí fica difícil de fazer uma visita domiciliar para a mulher. Além da falta de estrutura, no serviço social, a gente não tem muitos materiais para poder também fazer o atendimento da mulher, às vezes a gente está fazendo uma coleta de banco de dados, o computador desliga, para de funcionar, então acaba interrompendo ali todo o nosso atendimento (Entrevistada 03).*

A locomoção e a falta de recursos materiais complementam a crítica anterior à falta de infraestrutura e recursos adequados, apontando outras dificuldades que impactam negativamente a qualidade do atendimento, assim como, a falha tecnológica mencionada afeta diretamente o fluxo de trabalho, pois quando o sistema de coleta de dados para de

---

<sup>17</sup> “É uma técnica social, de natureza qualitativa, por meio da qual o profissional se debruça sobre a realidade social com a intenção de conhecê-la, descrevê-la, compreendê-la ou explicá-la. O seu diferencial em relação a outras técnicas é que tem por lócus o meio social, especialmente o lugar social mais privativo e que diz respeito ao território social do sujeito: a sua casa ou local de domicílio” (Samaro, 2014, p.19)

funcionar, isso não apenas interrompe o atendimento, mas também compromete o registro de informações que podem resultar em atrasos, falhas no processo de monitoramento e até mesmo perda de dados.

No caso do NUMAPE da UNESPAR e UNIOESTE, destaca-se também a limitação da internet, que na maioria das vezes atrapalha a dinâmica do núcleo, assim como a localização que fica em uma área distante, impedindo que algumas mulheres possam ter acesso ao atendimento. Entretanto, apesar de o NUMAPE da UEPG não funcionar no campus da Universidade, ainda enfrenta desafios para ter acesso ao automóvel institucional, justamente pela dissociação do projeto com a Universidade, bem como apresenta a pesquisa empírica.

Nessa direção, observa-se que os desafios para a atuação do Serviço Social em projetos de extensão variam de acordo com a percepção de cada profissional e da instituição em que se insere. No entanto, os desafios não se limitam apenas às condições internas do NUMAPE, mas também estão ligados à necessidade de uma transformação no entendimento da atuação do Serviço Social, que vai além das intervenções pragmáticas e imediatistas. Essa realidade de contradições posta nesta lógica neoliberal vem de acordo com o que pondera Piana (2009, p. 117)

Tal desafio para os assistentes sociais é, portanto, a busca de um posicionamento ético e político que se insurja contra os processos de alienação vinculados à lógica capitalista, impulsionando-os a trabalhar na busca de romper com a dependência, a subordinação, a despolitização, e assim poder manter vivas as forças sociais motivadoras da esperança de uma nova sociedade e da capacidade de luta no cenário social e profissional.

Essa postura ética e política que a autora descreve é, portanto, um esforço contínuo para superar a despolitização e o controle social que o capitalismo impõe, incentivando um trabalho que não só atenda às necessidades imediatas da população, mas que também promova sua autonomia e capacidade de transformação social, em busca de mudanças estruturais na sociedade.

Sendo assim, a partir dos apontamentos destacados pelas profissionais, concluímos que, embora o Serviço Social no NUMAPE tenha capacitação e instrumentalidade profissional para realizar intervenções significativas, os profissionais enfrentam uma série de desafios que variam conforme a perspectiva de cada assistente social e instituição delimitada, como a precarização das relações/condições de trabalho, a falta de estrutura física e a insuficiência (ou engessamento) de recursos. Essas dificuldades são ampliadas pela necessidade de adaptação às exigências institucionais e pela lógica mercadológica que muitas vezes limita a autonomia das(os) assistentes sociais. Além disso,

a dificuldade em garantir um atendimento acolhedor e preventivo, aliado a sobrecarga de trabalho e falta de condições materiais, impacta diretamente na qualidade do serviço prestado.

#### 4. CONCLUSÃO

Com base na delimitação e problematização do objeto de pesquisa, nas referências teóricas utilizadas, na análise documental e empírica, ressaltamos que o objetivo geral foi alcançado, pelo qual visa analisar os desafios profissionais para a atuação do Serviço Social no Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) do Estado do Paraná, no que diz respeito ao atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, no âmbito extensionista e do acesso à justiça.

Quanto aos objetivos específicos, no que se refere a problematizar a violência de gênero na sociedade patriarcal e capitalista e seus rebatimentos, bem como discutir as políticas públicas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres, na perspectiva dos direitos humanos, foram atingidos. Além disso, contemplou os objetivos de apontar os limites e possibilidades de projetos extensionistas no acesso à justiça, assim como refletir sobre o exercício profissional da(o) assistente social frente à violência contra mulheres no âmbito extensionista.

Entre as intercorrências e dificuldades encontradas no processo de pesquisa, destaca-se a nova configuração do projeto, conforme a EG nº 09/2024, que redefiniu a caracterização de projeto para programa de extensão, garantindo a continuidade das ações como programa de Estado, e não mais de governo. Essa mudança representa um avanço significativo na permanência do Núcleo e no âmbito profissional, pois resultou no aumento do valor das bolsas e da ampliação do quadro de profissionais, além de reverter o critério de contratação apenas para recém-formadas(os). No entanto, essa reformulação apresenta contrapontos mediante alguns desafios apresentados durante o desenvolvimento da pesquisa. Adicionalmente, o tempo de atuação das entrevistadas 02 e 03 pode ter influenciado as perspectivas sobre os desafios profissionais, considerando que ambas ingressaram após a implementação do TC nº 028/2021, o que possivelmente pode alterar as percepções acerca das mudanças institucionais ocorridas no NUMAPE, antes e depois destas mudanças estruturais, a partir da sua prioridade na garantia do acesso à justiça.

Ainda se tratando das intercorrências e dificuldades, ressaltamos a falta de informação nas entrevistas sobre o detalhamento de como são feitos e direcionados os protocolos da Rede de Atendimento e de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra as Mulheres, sendo necessário uma análise com base em referências

bibliográficas e documentais de artigos, sites e notícias que tratam sobre os fluxos e os protocolos em cada município apresentado, assim como os documentos que foram encaminhados por um dos campos de estudo que, embora certificado no “Termo de Ciência do Responsável pelo Campo de Estudo” que a pesquisa foi delimitada referente ao último convênio, período correspondente ao segundo semestre/2022 até primeiro semestre/2024, foram encaminhados apenas dados do ano de 2024.

O estudo evidencia que o enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil, especialmente no contexto paranaense, é um desafio complexo, enraizado em relações de gênero moldadas por estruturas patriarcais e capitalistas. Desvelar esta realidade perversa, para além da aparência, é fruto de um esforço intelectual, no que tange à tentativa de mediação entre singularidade, particularidade e totalidade social.

Além disso, destaca-se que, apesar do avanço legislativo e de políticas públicas, como a Lei Maria da Penha e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, as desigualdades de gênero permanecem presentes na atualidade. Isso se deve, em parte, às limitações estruturais do Sistema de Justiça e às dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelas mulheres em situação de violência, que muitas vezes se encontram em contextos de vulnerabilidades. Dito isso, faz-se necessário elucidar que as vulnerabilidades das mulheres em situação de violência doméstica e familiar vão além da dimensão econômica, uma vez que estão inseridas em um contexto estrutural e multifacetado, que abrange aspectos sociais, culturais, psicológicos e institucionais. Esses fatores influenciam diretamente as condições de vida e as possibilidades de rompimento com o ciclo da violência.

Nesse viés, os projetos de extensão nas IES foram apresentados como um dos mecanismos de combate e enfrentamento às violências de gênero, oferecendo suporte jurídico, social e psicológico através da assistência jurídica gratuita e integral, tendo como base o tripé da Universidade para realizar os atendimentos pautados na análise da realidade à luz da pesquisa científica, que perpassam pelas contradições das relações sociais entre os sexos. Ao considerarmos o acesso à justiça a partir do âmbito extensionista, ponderamos a importância da articulação interdisciplinar e intersetorial entre diferentes instituições e áreas profissionais para o enfrentamento de demandas complexas. Para tanto, reforçamos que essa articulação precisa ultrapassar o campo da aparência e ser delimitada nos espaços sociojurídicos, para evitar lacunas e fragmentações nos atendimentos.

Ao analisarmos os desafios profissionais no projeto de extensão, enquanto bolsistas, vale ressaltar que, frequentemente, lidam com uma alta demanda de atendimentos, enquanto as equipes são compostas por poucos profissionais e estudantes, o que sobrecarrega os integrantes. Devido à natureza temporária das bolsas e ao limite de tempo de participação nos projetos, há uma alta rotatividade profissional. Isso dificulta a continuidade do trabalho, o estabelecimento de vínculos com as assistidas e o acompanhamento de situações complexas. Em muitos núcleos, os ambientes de trabalho são compartilhados e carecem de estrutura apropriada para garantir o sigilo e a segurança durante os atendimentos, podendo impactar tanto a experiência das assistidas quanto a atuação das(os) bolsistas.

Entretanto, cumpre reforçarmos que, quando se trata da atuação do Serviço Social no NUMAPE, os desafios são refletidos tanto nas questões estruturais quanto nas alterações normativas. Como mencionamos algumas vezes, ao considerar a área de Direito como prioridade em todos os projetos, sobrepõe as outras áreas como opção secundária, o que acaba reforçando uma hierarquização e invisibilidade ligada a uma série de fatores históricos, organizacionais e culturais, que refletem a relação de poder e o reconhecimento desigual entre as áreas profissionais. Ainda mais tratando-se do exercício profissional da(o) assistente social que, desde o processo de renovação profissional, a profissão tem enfrentado limites para consolidar sua autonomia, ainda que relativa, nos diversos espaços sócio-ocupacionais, buscando possibilidades e estratégias para romper com práticas conservadoras e assistencialistas, a partir de uma perspectiva transformadora, fundamentada na teoria social crítica.

Apesar de reconhecermos que os desafios profissionais das(os) assistentes sociais sejam múltiplos na contemporaneidade, ao analisarmos os apontamentos feitos, apenas uma profissional destacou uma percepção diferente das questões estruturais, enquanto as demais mencionaram desafios já identificados na caracterização limitada dos projetos de extensão, que implicam também na atuação das outras áreas por serem bolsistas e não terem garantias de trabalho formal. Por sua vez, a Entrevistada 01 abordou os desafios relacionados à hierarquização entre as áreas profissionais no NUMAPE, observando que a área do Direito tende a ser priorizada, enquanto o Serviço Social ocupa uma posição secundária. Essa realidade reflete um contexto institucional em que a validação do exercício profissional da assistente social é constantemente exigida, limitando a autonomia da profissão.

Além disso, a entrevistada apontou que o modelo neoliberal vigente, de considerar mais relevantes os dados quantitativos ao invés das ações qualitativas, afeta diretamente a exercício profissional, restringindo-a para intervenções pragmáticas e imediatas, em detrimento de ações mais preventivas que poderiam promover mudanças estruturais no enfrentamento da violência contra as mulheres.

Outro desafio profissional, apontado nos documentos analisados, é a carga horária de 40 horas semanais destinada para bolsistas de graduação, independente da especificidade da área profissional e suas legislações próprias. Isso pode ser visto como um dos entraves para o exercício profissional, uma vez que se contrapõe a Lei que regulamenta a profissão de assistente social ao referir que “a duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais” (Brasil, 1993, on-line). Vale salientar que a Psicologia também já tem as 30 horas garantidas legalmente, mas os projetos de extensão burlam esta regra. E as(os) estagiárias(os) de todas as áreas cumprem 30 horas.

Desse modo, convém elucidarmos que a problematização do objeto foi respondida, sendo, então, “quais são os desafios profissionais para a atuação do Serviço Social no Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) do Estado do Paraná, no que diz respeito ao atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, no âmbito extensionista e do acesso à justiça?”

Nesta perspectiva, as falas das entrevistadas, portanto, revelam desafios desde problemas estruturais e operacionais até questões de reconhecimento e valorização profissional. Ainda mais quando observamos no universo da pesquisa, que demonstra um espaço limitado para a atuação do Serviço Social em locais tão importantes. Sendo que é um profissional com perfil crítico e interventivo para mediar as mais diversas expressões da questão social, sobretudo nas desigualdades de gênero. A partir disso, ressaltamos também que a pesquisa contemplou, em seu processo de análise, as categorias analíticas e empíricas que fomentaram este estudo.

Para tanto, cabe salientar que a nossa intenção não foi problematizar o acesso ao direito e à justiça concedido às assistidas. Reconhecemos que a maioria das implicações apontadas diz respeito a natureza pública do Núcleo e que, apesar do processo moroso, é um dos mecanismos para que essas mulheres em situação de violência possam romper com o cenário de opressão vivenciado e se desvincular da relação com os autores de violência. Portanto, apesar das implicações analisadas, ponderamos que os projetos de extensão são fundamentais para a atuação interdisciplinar e intersetorial entre as áreas

profissionais e setores institucionais, no que diz respeito as ações e estratégias de enfrentamento e atendimento às assistidas do NUMAPE.



## REFERÊNCIAS

ABEPSS. Lei de Diretrizes Curriculares. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em: 27 nov. 2024.

BRASIL. **Cartilha da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**. Resoluções Aprovadas. Brasília, 2012. Disponível em: [https://www.tjac.jus.br/wp-content/uploads/2015/05/Cartilha\\_da\\_III\\_Conferencia\\_Nacional\\_de\\_Politicas\\_Publicas\\_para\\_as\\_Mulheres.pdf](https://www.tjac.jus.br/wp-content/uploads/2015/05/Cartilha_da_III_Conferencia_Nacional_de_Politicas_Publicas_para_as_Mulheres.pdf). Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas**. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate a Fome, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas#:~:text=O%20Centro%20de%20Refer%C3%Aancia%20Especializado,ou%20tiveram%20seus%20direitos%20violados>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei nº 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social- CFESS, 2012.

BRASIL. **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM**. Brasília – DF: Ministério da Justiça, 1985. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-mulher>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 16 de jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Assistente Social. Diário Oficial da União: 7 jun. 1993. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18662.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm). Acesso em: 24 nov. 2024.

BRASIL. **Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2005**. Classifica os municípios brasileiros de acordo com o seu porte, com base na população, para fins de transferências voluntárias de recursos. Diário Oficial da União, Brasília, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2005/lcp/lcp108.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2005/lcp/lcp108.htm). Acesso em: 08 nov. 2024.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de

Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: [https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil\\_2013\\_pnpm.pdf](https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf). Acesso em: 16 jul. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2011. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy\\_of\\_acervo/outras-referencias/copy2\\_of\\_entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres#:~:text=A%20import%C3%A2ncia%20do%20desenvolvimento%20de,Mulheres%2C%20em%20agosto%20de%202007](https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres#:~:text=A%20import%C3%A2ncia%20do%20desenvolvimento%20de,Mulheres%2C%20em%20agosto%20de%202007). Acesso em: 11 de ago. 2024.

BRASIL. **Resolução Nº 1, de 23 de fevereiro de 2021**. V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - V CNPM. Diário Oficial da União, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/v-conferencia-nacional-de-politicas-para-as-mulheres#:~:text=O%20pleno%20do%20Conselho%20Nacional,as%20Mulheres%20ocorrer%C3%A1%20em%202025.&text=Adiar%20a%20realiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20V,a%20seguran%C3%A7a%20sanit%C3%A1ria%20no%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 11 ago. 2024.

BRASIL. **Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM**. Brasília – DF: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sobre/spm>. Acesso em: 15 jul. 2024.

CARLOTO, Cássia Maria; MORO, Daniele. Violência doméstica contra a mulher e o ciclo da violência. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de. (org.). **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018. (p. 161-184)

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Assistente social, Lei Maria da Penha é instrumento para o cotidiano**. 2020. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1831>. Acesso em: 24 nov. 2024.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução nº 533/2022**. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social, 2008. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2024.

CHACON, Cibele. Paranaíba registra 135 casos de violência doméstica nos primeiros meses do ano. **Diário do Noroeste**, Paranaíba, 7 de abr. de 2024. Disponível em: <https://diariodonoroeste.com.br/paranaiba-registra-135-casos-de-violencia-domestica-nos-primeiros-meses-do-ano/>. Acesso em: 29 mai. 2024.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CNMP. Conselho Nacional do Ministério Público. **Função jurisdicional**. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/glossario/8042-funcao-jurisdicional>. Acesso em:

18 out. 2024.

CBN Ponta Grossa. **Decreto formaliza rede de enfrentamento de violências contra mulheres em Ponta Grossa.** CBN Ponta Grossa, 21 de jul. de 2023. Disponível em: <https://www.cbnpgr.com.br/post/decreto-formaliza-rede-de-enfrentamento-de-viol%C3%A2ncias-contra-mulheres-em-ponta-grossa>. Acesso em: 24 nov. 2024.

COSTA, Renata Gomes da; VIEIRA, Monique Soares. A violência contra as mulheres como expressão da questão social no Brasil. **IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – SENASS.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 04 a 06 de julho de 2022.

CTU. Central Única dos Trabalhadores. **II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**, 2007. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/ii-conferencia-nacional-de-politicas-para-as-mulheres-6d85>. Acesso em: 17 ago. 2024

COUTINHO, Nelson Carlos. **Pluralismo**: dimensões teóricas e políticas. Cadernos ABESS, São Paulo, Cortez, n. 4, p. 5-17, 1991.

DIAS, Erica da Cruz Novaes Gonçalves; CAMPOI, Isabela Candeloro; FRANCISCO, Jamila Rodrigues Francisco. O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) de Paranaíba- PR: desafios e potencialidades da luta pela igualdade de gênero. In: CAMPOI, Isabela Candeloro; SOUZA, Leonardo Carvalho de; MARQUES, Maria Inez Barboza; SILVA, Thais Gaspar Mendes da (orgs). **Enfrentamento às Violências de Gênero: Políticas Públicas, Interdisciplinaridade e Diversidades.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/333537/mod\\_resource/content/0/ENGELS\\_A%20origem%20da%20familia.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/333537/mod_resource/content/0/ENGELS_A%20origem%20da%20familia.pdf). Acesso em: 11 jun. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

Disponível em:

<https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/1d896734-f7da-46a7-9b23-906b6df3e11b/content>. Acesso em: 27 nov. 2024.

G1. **Casa da Mulher de Ponta Grossa oferece atendimento social, jurídico e psicológico a vítimas de violência.** G1 Paraná, 27 de jun. de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/especial-publicitario/prefeitura-de-ponta-grossa/200-anos-a-transformacao/quiz/casa-da-mulher-de-ponta-grossa-oferta-atendimento-social-juridico-e-psicologico-a-vitimas-de-violencia.ghtml>. Acesso em: 23 nov. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Editora Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 28 no. 2024.

GLOBOPLAY. **Paraná já registrou 170 feminicídios este ano.** Cessar o ciclo de violência é proteger a mulher desse crime. Meio-Dia Paraná – Noroeste, 23 de out.

de 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12053265/>. Acesso em: 29 mai. 2024.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1983.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: Ensaio crítico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

IMP. INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Ciclo da Violência**. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>. Acesso em: 18 jun. 2024.

IMP. INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Resumo da Lei Maria da Penha**. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/resumo-da-lei-maria-da-penha.html>. Acesso em: 20 jul. 2024.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Relatório Final da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2015. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Mulheres\\_IV/relatorio%20final%20%20iv%20conferencia%20nacional%20de%20politicass%20para%20as%20mulheres.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Mulheres_IV/relatorio%20final%20%20iv%20conferencia%20nacional%20de%20politicass%20para%20as%20mulheres.pdf). Acesso em: 14 ago. 2024.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto base. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Versão Compacta, 2007. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Mulheres\\_III/texto\\_base\\_3\\_conferencia\\_mulheres.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Mulheres_III/texto_base_3_conferencia_mulheres.pdf). Acesso em: 16 ago. 2024.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno de informações municipais**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=19>. Acesso em: 04 nov. 2024.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP: São Paulo, 2009, p. 67–75. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/divis%C3%A3o-sexual-do-trabalho-e-rela%C3%A7%C3%B5es-sociais-de-sexo-5a9b1eb0d696>. Acesso em: 11 jun. 2024.

LIMA, Rita de Lourdes de. A questão das relações sociais de gênero em Marx e Engels. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de. (org.). **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018. (p. 187- 209)

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 3. ed. São

Paulo: Sundermann, 2017.

MÉRCIA, Hionora. **Patriarcalismo legal e cultura machista**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/patriarcalismo-legal-e-cultura-machista/1330018874>. Acesso em: 26 mai. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONNERAT, Giselle Lavinias; SOUZA, Rosimary Gonçalves de. Intersetorialidade e políticas sociais: um diálogo com a literatura atual. In: MONNERAT, Giselle Lavinias; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; SOUZA, Rosimary Gonçalves de (Orgs). **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas: Papel Social, 2014. p. 41-54.

MONTEIRO, Ester. **Lobby do batom: marco histórico no combate a discriminações**. Senado Federal, 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes>. Acesso em: ago. 2024.

NAZARENO, Louise Ronconi de; COLLATUSSO, Gabrielle Viana; PADILHA, Kamylla de Paula. Introdução. In: FARAH, Silvane Aparecida Fofano; COLLATUSSO, Gabrielle Viana; PADILHA, Kamylla de Paula (orgs.) **Plano Estadual dos Direitos das Mulheres: 2022-2025**. Curitiba, Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (Sejuf), 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/gabri/Downloads/Plano%20Estadual%20dos%20Direitos%20das%20Mulheres%202022-2025.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2024.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social no Brasil pós-64**. 1. ed., São Paulo: Cortez, 2017.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PARANÁ. **Ato Administrativo Nº 01/2022/UGF**. Súmula: Orientações às Instituições proponentes/ executoras de Projetos apoiados pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, com recursos do Fundo Paraná considerando suas principais especificidade. Curitiba: SETI, 2022.

PARANÁ. **IV Conferência Estadual de Políticas da Mulher**: Deliberação Nº 004/2015 – CEDM/PR. Conselho Estadual dos Direitos da Mulher Do Paraná, 2015. Disponível em: [https://www.cedem.pr.gov.br/sites/cedem/arquivos\\_restritos/files/migrados/File/conferencias/iv\\_conferencia/regulamento\\_conferencia.pdf](https://www.cedem.pr.gov.br/sites/cedem/arquivos_restritos/files/migrados/File/conferencias/iv_conferencia/regulamento_conferencia.pdf). Acesso em: 10 ago. 2024

PARANÁ. Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná. **Deliberação CSDP nº 42/2017** – Substitui a Deliberação CSDP nº 19/2014. Defensoria Pública do Estado do Paraná-DPEPR. Curitiba: 2017. Disponível em: [https://www.defensoriapublica.pr.def.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/migrados/File/Legislacao/Deliberacoes\\_CSDP/DEL\\_2017/Deliberacao\\_CSDP\\_042\\_2017\\_-\\_Substitui\\_a\\_Deliberacao\\_CSDP\\_19\\_2014.pdf](https://www.defensoriapublica.pr.def.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/Legislacao/Deliberacoes_CSDP/DEL_2017/Deliberacao_CSDP_042_2017_-_Substitui_a_Deliberacao_CSDP_19_2014.pdf). Acesso em: 08 nov. 2024.

PARANÁ. Defensoria Pública do Estado do Paraná - DPEPR. **Mapeamento de serviços de apoio a mulheres em situação de violência**. Disponível em:

<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Pagina/Mapeamento-de-servicos-de-apoio-mulheres-em-situacao-de-violencia>. Acesso em: 10 ago. 2024

PARANÁ. **Edital da Portaria UGF 09/2021**. Curitiba: SETI, 2021.

PARANÁ. **Plano Estadual de Políticas para Mulheres do Estado do Paraná (2014-2016)**. Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, 2014. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/campanha\\_violencia\\_mulher/plano\\_estadual\\_mulher\\_parana.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/campanha_violencia_mulher/plano_estadual_mulher_parana.pdf). Acesso em: 14 ago. 2024

PARANÁ. **Política da Mulher**. Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Paraná (SEJUF). Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Politica-da-Mulher>. Acesso em: 15 jul. 2024.

PARANÁ. **Portaria 011/2022/UGF**. Curitiba: SETI, 2022.

PARANÁ. **Plano de trabalho do Núcleo Maria da Penha da Unespar Campus Paranavaí**. Termo de Cooperação – TC 069/2021, assinado no dia 31 de agosto de 2021.

PARANÁ. **Projeto de criação do Núcleo Maria da Penha**. Termo de Cooperação – TC 069/2021, assinado no dia 31 de agosto de 2021. Curitiba: SETI, 2021.

PARANÁ. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Encomenda Governamental- EG nº09/2024**. Estudo sobre o Programa Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude (NEDDIJ) e Núcleo Maria da Penha (NUMAPE). Disponível em: [Chttps : //www.set.seti .p.gov .br /sites /padrão/arquivosre/arquivos /documento/2024 -07/por exemplo \\_neddi.fazer.p](https://www.set.seti.p.gov.br/sites/padrão/arquivosre/arquivos/documento/2024-07/por_exemplo_neddi.fazer.p). Acesso em: 21 out.2024.

PARANÁ. **Ratificação da Portaria 011/2021/UGF**. Curitiba: SETI, 2021.

PARANÁ. Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa. **Centro de Referência à Mulher - CRAM**. Disponível em: <https://www.semipi.pr.gov.br/Pagina/Centro-de-Referencia-de-Atendimento-Mulher-CRAM>. Acesso em: 14 ago. 2024.

PECEGUEIRO, Pamela Ellen de O.; ALVES, Camila K. **Rede de atendimento à mulher em situação de violência: uma aproximação ao município de Toledo/PR**. In: V Simpósio Gênero e Políticas Públicas, v 5., 2018. Universidade Estadual de Londrina, 2018. p. 844-857. <https://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1191>.

PEREIRA, Potyara A. P. A intersectorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. In: MONNERAT, Giselle Lavinias; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; SOUZA, Rosimary Gonçalves de (Orgs). **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas: Papel Social, 2014. (p. 21-40)

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: UNESP, 2009. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-04.pdf>. Acesso em: 29

nov. 2024.

PONTA GROSSA. **Decreto nº 20069, de 2022**. Cria a Casa da Mulher na estrutura administrativa da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social. Portal Leis Municipais, 2022. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 28 nov. 2024.

RAICHELIS, Raquel. **Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. In: MOREIRA, Solange et. al. *Atribuições Privativas do/a assistente social em questão*, v.2. Brasília: CFESS- Conselho Federal de Serviço Social, 2020.

Regina Ely, Fabiana. **Serviço Social e interdisciplinaridade**. Revista Katálysis, vol. 6, núm. 1, pg. 113-117. Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1796/179618281013.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero Patriarcado Violência**. São Paulo. 2. ed. Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. Disponível em: [https://fpabramo.org.br/publicacoes/wpcontent/uploads/sites/5/2021/10/genero\\_web.pdf](https://fpabramo.org.br/publicacoes/wpcontent/uploads/sites/5/2021/10/genero_web.pdf). Acesso em: 22 mai. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. 9. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SAMARO, Sarita. **Visita domiciliar: teoria e prática**. 1 ed. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

SANTOS, Nathalia de Almeida dos; SILVA, Adriele de Souza da; SEMZEZEM, Priscila. **Plano de trabalho do Serviço Social**. Paranavaí: Colegiado de Serviço Social da Unespar, 2023.

SILVA, Adriele de Souza da et al. Dominação Patriarcal e Exploração Capitalista. In: CAMPOI, Isabela Candeloro; MARQUES, Maria Inez Barboza; SILVA, Thais Gaspar Mendes da (orgs). **Interfaces da Dominação Patriarcal: do debate acadêmico às práticas sociais**. Curitiba: Appris, 2023. (p. 19-36)

SILVA, Kelly Samara do Nascimento. **Projeto Ético Político do Serviço Social: tensões e dilemas de um projeto em execução**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa- PB, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7246/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

TAVASSI, Ana Paula Chudzinski et al. **Os direitos das mulheres no Brasil**. Politize, 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/direitos-das-mulheres-no-brasil/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

TRINDADE, José Damião de Lima. **Os direitos humanos na perspectiva de Marx e Engels**. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010. Disponível em:

<https://dspace.mackenzie.br/bitstreams/8cb14e7b-df16-4d46-badc-8e93c9df85e6/download>. Acesso em: 04 set. 2024.

VALENSUELA, Keila Pinna; BUENO, Nayara Cristina. A importância da interdisciplinaridade e intersetorialidade no processo de consolidação do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente: a experiência vivenciada pelo NEDDIJ da UNESPAR Campus Paranavaí. Apresentação de trabalho/pôster e publicações em anais de evento. In: **XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – XV ENPESS**, realizado no período de 04 a 09 de dezembro de 2016, em Ribeirão Preto/SP.

VALENSUELA, Keila Pinna. **O acesso ao direito e à justiça na perspectiva dos direitos humanos**: respostas do Estado do Paraná às demandas sociais de crianças e adolescentes. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. **Desafios para o Serviço Social em tempos de avanços do conservadorismo**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 134, p. 7-12, 2019.



## **APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Estimado/a convidado/a:

Gostaríamos de convidá-lo(a) para participar da pesquisa “Serviço Social no Numape e o Acesso à Justiça no Estado do Paraná: desafios profissionais em ações extensionistas de enfrentamento à violência contra mulher” a ser realizada no Núcleo Maria da Penha (NUMAPE), vinculado à Secretaria Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI – Fundo Paraná, Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF) – Projeto Estratégico. Tendo como amostra de pesquisa três Numapes, especificamente UNESPAR - Paranavaí, UEPG - Ponta Grossa e Unioeste - Toledo, porque tem Assistente Social compondo a equipe. O objetivo da pesquisa é analisar os desafios profissionais para a atuação do Serviço Social no NUMAPE, no que diz respeito ao atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, no âmbito extensionista e do acesso à justiça.

Neste sentido, sua participação será relevante para o processo formativo e profissional do Serviço Social, ocorrendo por meio de entrevista semiestruturada na modalidade remoto-presencial com a finalidade de obter informações acerca da concepção sobre gênero, patriarcado e violência doméstica e familiar contra mulheres, bem como levantar dados institucionais para analisar o exercício profissional de assistentes sociais no enfrentamento à violência contra mulher, no âmbito extensionista.

Ressalta-se que a entrevista deverá ser gravada e as respostas transcritas, considerando que as fotografias, vídeos e/ou gravações feitas durante a entrevista ficarão sob a propriedade dos pesquisadores pertinentes a este estudo, sob sua guarda e mantidas em arquivo pessoal por tempo determinado. Sendo que as informações a serem coletadas serão utilizadas somente para fins científicos e tratadas cautelosamente com sigilo e confidencialidade sobre a identidade da mesma.

Esclarecemos ainda, que a participação é voluntária e que terá garantia plena de liberdade em recusar a participar e/ou retirar seu consentimento, em qualquer momento do estudo sem que tenha prejuízos à sua pessoa.

Os objetivos da pesquisa são: aprofundar teoricamente o enfoque da violência de gênero na sociedade patriarcal e capitalista e seus rebatimentos; discutir as políticas públicas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, na perspectiva dos direitos humanos; apontar os limites e possibilidades de projetos extensionistas no acesso à justiça e, por fim, refletir sobre o exercício profissional da/o assistente social frente à violência contra mulheres no âmbito extensionista.

Quanto aos riscos, são mínimos. Segundo a Resolução no 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, toda pesquisa em seres humanos

apresenta riscos. Nesta pesquisa, o(a) participante pode demonstrar alguma sensação de desconforto, incômodo e/ou restrição em expor dados institucionais e fornecer informações referente ao cotidiano profissional sendo que, nestes casos, o(a) mesmo(a) será prontamente amparado pelas pesquisadoras.

Os benefícios esperados são pertinentes aos âmbitos acadêmico, profissional e social: além da pesquisa contribuir para a formação acadêmica e profissional das pesquisadoras, será de suma importância para o enriquecimento teórico e metodológico do Serviço Social e poderá ser usado para o aprimoramento de estudos sobre o cotidiano profissional da/o assistente social e as respectivas expressões da questão social. Ademais, subsidiar pesquisas e discussões sobre as temáticas abordadas em diversas áreas do conhecimento.

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá contatar a pesquisadora responsável, \_\_\_\_\_, residente na Rua \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_, Paranavaí, telefone para contato: \_\_\_\_\_;

e-mail: \_\_\_\_\_. Poderá entrar em contato também com a orientadora, \_\_\_\_\_, residente na Rua \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, telefones para contato são: \_\_\_\_\_.

e e-mail: \_\_\_\_\_.

Poderá ainda procurar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Paraná- Unespar, situado na Avenida Gabriel Esperidião, S/N - Sala 20 – Jardim Morumbi, Paranavaí – PR; CEP: 87.703-000; Telefone: (44) 3424-0100; e-mail: [cep@unespar.edu.br](mailto:cep@unespar.edu.br))

Eu, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, após ser devidamente informada sobre os procedimentos do estudo, aceito participar voluntariamente da pesquisa descrita acima. Também aceito a gravação da pesquisa e a divulgação da profissão,  
cargo e o projeto de extensão a qual respondo, caso necessário.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue a você.

Paranavaí, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

## **APÊNDICE B- TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS**

Eu, Nathalia de Almeida dos Santos, acadêmica do quarto ano de Serviço Social; e a orientadora, Profa. Dra. Keila Pinna Valensuela, da Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR Campus Paranavaí, envolvidas com o projeto de pesquisa cujo título é: “Serviço Social no NUMAPE e o Acesso à Justiça no Estado do Paraná: desafios profissionais em ações extensionistas de enfrentamento à violência contra mulher”, nos comprometemos a manter a confidencialidade sobre os dados coletados nos arquivos do Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) das Universidades Públicas Estaduais do Paraná: UNESPAR - Paranavaí, UEPG - Ponta Grossa e Unioeste - Toledo (de onde serão extraídos os dados), bem como a privacidade de seus conteúdos, respeitando as normas da Resolução CNS/MS nº 466/2012 e suas complementares. Assim, como as informações colhidas por meio de pesquisa de campo junto aos(as) profissionais(as) da área de Serviço Social que acontecerá por meio de entrevista semiestruturada na modalidade remoto-presencial, conforme consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Informamos que os documentos a serem analisados serão: Termo de Convênio, Editais, Ato Administrativo, Plano de Trabalho do Serviço Social, Plano de Trabalho do NUMAPE, Relatórios Mensais e Anuais, referente ao último convênio, período correspondente ao segundo semestre/2022 até primeiro semestre/2024. Os dados serão coletados e utilizados para fins de publicações num período de até 5 anos, contados a partir de agosto de 2024, conforme cronograma que consta no projeto de pesquisa. Ficamos comprometidos a enviar um novo parecer ao Comitê de Ética em pesquisa caso haver necessidade de prorrogação da pesquisa.

---

Nathalia de Almeida dos Santos  
Orientanda

---

Profa. Dra. Keila Pinna Valensuela  
Orientanda

Paranavaí, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2024.

## **APÊNDICE C- TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO**

Ao **Núcleo Maria da Penha (NUMAPE)**, vinculado a: Secretaria Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI – Fundo Paraná, Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF) – Projeto Estratégico - da UNESPAR - Paranavaí, UEPG - Ponta Grossa e Unioeste- Toledo

**Título do projeto:** “Serviço Social no Numape e o Acesso à Justiça no Estado do Paraná: desafios profissionais em ações extensionistas de enfrentamento à violência contra mulher”

**Local de pesquisa:** \_\_\_\_\_

**Nome da pesquisadora responsável (Orientadora):** Profa. Dra. Keila Pinna Valensuela

**Nome da pesquisadora (Acadêmica):** Nathalia de Almeida dos Santos

**Responsável pelo local de realização da pesquisa:** \_\_\_\_\_

Declaramos que as pesquisadoras acima identificadas estão autorizadas a realizar a pesquisa com o título “Serviço Social no Numape e o Acesso à Justiça no Estado do Paraná: desafios profissionais em ações extensionistas de enfrentamento à violência contra mulher”, e a coletar dados institucionais, os quais serão utilizados exclusivamente para fins científicos. O armazenamento dos dados ocorrerá no período de até 5 anos, contados a partir de agosto de 2024, conforme cronograma que consta no projeto de pesquisa. Após este período os dados serão descartados.

A pesquisa documental será realizada junto aos NUMAPES da UNESPAR – Paranavaí, UEPG - Ponta Grossa e Unioeste – Toledo. Informamos ainda que os documentos a serem analisados serão: Termo de Convênio, Editais, Ato Administrativo, Plano de Trabalho do Serviço Social, Plano de Trabalho do NUMAPE, Relatórios Mensais e Anuais, referente ao último convênio, período correspondente ao segundo semestre/2022 até primeiro semestre/2024.

Além da pesquisa documental, também realizaremos a pesquisa de campo junto aos(as) profissionais(as) da área de Serviço Social que acontecerá por meio de

entrevista semiestruturada na modalidade remoto-presencial, conforme consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e

Ressaltamos que a pesquisa documental e de campo serão realizadas após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP Unespar, assegurando sua confidencialidade e anonimato de acordo com as normas da Resolução CNS/MS no 466/2012; e/ou CNS/MS no 510/2016 e suas complementares.

Por fim, comprometemo-nos retornar à instituição e profissionais, com os resultados obtidos após conclusão da pesquisa.

---

Assinatura e carimbo do responsável da instituição.

Paranavaí, \_\_\_\_de\_\_\_\_\_2024.

## APÊNDICE D- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

**Cidade:** \_\_\_\_\_

**Universidade:** \_\_\_\_\_

**Assistente Social:** \_\_\_\_\_

**OBJETIVO:** Analisar os desafios profissionais para a atuação do Serviço Social no Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) do Estado do Paraná, no que diz respeito ao atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, no âmbito extensionista e do acesso à justiça

Eixo 1: Identificação da profissional.

Nome					Idade	
Gênero	Feminino ( ) Masculino ( ) Outros ( )					
Etnia/cor	Pardo/a ( )	Amarelo/a ( )	Negro/a ( )	Branco/a ( )	Indígena ( )	
Titulação						
Renda						
Tempo de atuação no projeto			Carga horária semanal de trabalho			

Eixo 2: Concepção sobre violência doméstica e familiar.

1. O que você entende por violência doméstica e familiar?
2. Explique o ciclo da violência.
3. Qual sua opinião sobre a Lei Maria da Penha?
4. Como avalia a rede de enfrentamento da violência contra mulher?

Eixo 3: Exercício profissional no enfrentamento da violência contra mulher
--

5. Como você avalia a atuação profissional do/a Assistente Social em um projeto de extensão?
6. Considerando o trabalho em equipe, quais seriam atribuições e competências no Numape?
7. Considerando a portaria do NUMAPE/ TC nº 087/2022, emitida pelo Estado do Paraná, quais são os principais desafios, a partir de então?



## ANEXO A- PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
PARANÁ - UNESPAR



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Serviço Social no Numape e o Acesso à Justiça no Estado do Paraná: desafios profissionais em ações extensionistas de enfrentamento à violência contra mulher

**Pesquisador:** KEILA PINNA VALENSUELA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 80794724.5.0000.9247

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual do Paraná

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.933.609

#### Apresentação do Projeto:

Segundo descrição da autora o assunto a ser estudado neste trabalho versa sobre os desafios profissionais para a atuação do Serviço Social no Núcleo Maria da Penha do Estado do Paraná, no que diz respeito ao atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, no âmbito extensionista e de acesso à justiça. Para tanto, a metodologia escolhida é de natureza qualitativa, explicativa, pesquisa de campo e documental, subsidiada por revisão bibliográfica. Para análise dos dados, será feito levantamento de categorias, a partir das entrevistas realizadas com as Assistentes Sociais dos NUMAPE de Unespar campus Paranavaí, da UEPG e Unioeste de Toledo. O interesse pela pesquisa surgiu mediante a experiência no campo de estágio, NUMAPE Unespar Campus Paranavaí, e se intensificou a partir das sistematizações no Diário de Campo, sendo possível exercitar a teoria e prática no exercício profissional da/o assistente social, bem como as contradições e limites posto na realidade vivenciada. A violência doméstica contra a mulher consiste em um dos principais indicadores da violência de gênero. À vista disso, é considerado uma das expressões da questão social a violência doméstica e familiar que decorre da desigualdade existente nas relações de poder entre homens e mulheres, caracterizada como expressão da supremacia patriarcal e capitalista. Dentre estes espaços de atuação do Serviço Social, incluem-se os Projetos de Extensão implantados nas Universidades Estaduais Paranaenses, como é o caso do Núcleo

**Endereço:** Av:Gabriel Esperidião s/n sala 20

**Bairro:** Jardim Morumbi

**CEP:** 87.703-000

**UF:** PR

**Município:** PARANAVAÍ

**Telefone:** (44)99973-4064

**Fax:** (44)3141-4334

**E-mail:** cep@unespar.edu.br

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR



Continuação do Parecer: 6.933.609

Maria da Penha (NUMAPE) e têm por objetivo, desenvolver ações que promovam o acolhimento e o atendimento jurídico gratuito para o acesso à justiça às mulheres que estejam em situação de violência e que necessitam da proteção para que lhes seja assegurada a tutela de seus direitos, bem como fortalecer a rede de proteção e a população acerca dos direitos das mulheres, objetivando o efetivo cumprimento da Lei Maria da Penha, principalmente o cumprimento do artigo 27 da lei. Assim este estudo busca analisar particularmente, quais são os desafios profissionais para a atuação do Serviço Social nos NUMAPES partindo de uma realidade específica, de projetos de extensão direcionados ao atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, sobretudo ao acesso à justiça no âmbito universitário.

### Objetivo da Pesquisa:

#### Objetivo Primário:

Analisar os desafios profissionais para a atuação do Serviço Social no Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) do Estado do Paraná, no que diz respeito ao atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, no âmbito extensionista e do acesso à justiça.

#### Objetivo Secundário:

1. Problematicar a violência de gênero na sociedade patriarcal e capitalista e seus reatamentos;
2. Discutir as políticas públicas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, na perspectiva dos direitos humanos;
3. Apontar os limites e possibilidades de projetos extensionistas no acesso à justiça;
4. Refletir sobre o exercício profissional da/o assistente social frente à violência contra mulheres no âmbito extensionista.

### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Segundo a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, toda pesquisa apresenta riscos, mesmo que sejam riscos mínimos. Por se tratar de uma pesquisa documental e de campo, tem a possibilidade de a instituição não prover informações para o estudo, como também, o(a) participante demonstrar restrição em expor dados institucionais e fornecer informações referente ao cotidiano profissional. Todavia, as pesquisadoras estarão de prontidão para sanar quaisquer dúvidas e dar o suporte necessário. Benefícios: Além da pesquisa contribuir para a formação acadêmica e profissional da pesquisadora, será de suma importância para o enriquecimento teórico e metodológico do Serviço Social e poderá ser usado para o aprimoramento de estudos sobre o cotidiano

**Endereço:** Av:Gabriel Esperidião s/n sala 20

**Bairro:** Jardim Morumbi

**CEP:** 87.703-000

**UF:** PR

**Município:** PARANAVAI

**Telefone:** (44)99973-4064

**Fax:** (44)3141-4334

**E-mail:** cep@unespar.edu.br

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR



Continuação do Parecer: 6.933.609

profissional da/o assistente social e as respectivas expressões da questão social. Ademais, subsidiar estudos e discussões posteriores a respeito de violência, gênero e patriarcado.

### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A presente pesquisa encontra-se compreensível. O trabalho se trata de uma pesquisa de finalidade fundamental com uma abordagem qualitativa e de natureza exploratória.. A pesquisa ainda aborda um tema relevante e merecedor de atenção às consequências tanto físico e mentais causados pela violência doméstica.

### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

- O TCLE contém informações imprescindíveis apresentando riscos mínimos e os benefícios, assegurando a participação sem comprometimento ético dos participantes.
- O TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS (TCUD) foi apresentado.
- O TERMO E AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E VOZ, adequado;
- Folha de rosto adequada com assinatura e carimbo;
- O roteiro para coleta de dados contém perguntas referentes a questões referentes ao objeto de pesquisa sem comprometimento ético;

### **Recomendações:**

1. A recomendação que se faz é que a pesquisadora acrescente a análise de dados mesmo que repetindo o descrito no método, bem como acrescente a hipótese e o desfecho, pois, a hipótese da pesquisa precisa ter falseabilidade ou refutabilidade. Ou seja, ela precisa ser testada e permitir ser testada por outros pesquisadores. Quanto ao desfecho é a conclusão principal esperada do seu trabalho. É, portanto, uma das partes principais da pesquisa, porque é o espaço em que se demonstra quais serão os aprendizados e os resultados daquele estudo.
2. Outra sugestão é que retire o nome do roteiro de entrevista.

### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Conclui-se que a presente proposta atende as normas de pesquisa com seres humanos atendendo as normas técnicas de pesquisa e pode ser realizado, apenas observando o que foi recomendado.

### **Considerações Finais a critério do CEP:**

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo <relatório> para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Resolução CNS nº 466/12, item XI.2.d e Resolução CNS nº 510/16,

<b>Endereço:</b> Av:Gabriel Esperidião s/n sala 20			
<b>Bairro:</b> Jardim Morumbi		<b>CEP:</b> 87.703-000	
<b>UF:</b> PR	<b>Município:</b> PARANAVAI		
<b>Telefone:</b> (44)99973-4064	<b>Fax:</b> (44)3141-4334	<b>E-mail:</b> cep@unespar.edu.br	

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
PARANÁ - UNESPAR**



Continuação do Parecer: 6.933.609

art. 28, item V.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2367651.pdf	19/06/2024 17:17:06		Aceito
Outros	TERMO_DE_CIECIA_DO_RESPONS AVEL_PEL_O_CAMPO_DE_ESTUDO_N UMAPE_PONTA_GROSSA_ASSINADO .pdf	19/06/2024 17:11:58	KEILA PINNA VALENSUELA	Aceito
Outros	TERMO_DE_CIECIA_DO_RESPONS AVEL_PEL_O_CAMPO_DE_ESTUDO_N UMAPE_TOLEDO_ASSINADO.pdf	19/06/2024 17:10:50	KEILA PINNA VALENSUELA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoassinado.pdf	19/06/2024 16:53:34	KEILA PINNA VALENSUELA	Aceito
Outros	Termodecompromissodeutilizaçãodedad osassinado.pdf	19/06/2024 15:48:44	KEILA PINNA VALENSUELA	Aceito
Outros	NUMAPEUNESPARTERMODECIENCIA DORESPONSAVELPELOCAMPODEES TUDOASSINADO.pdf	19/06/2024 15:44:14	KEILA PINNA VALENSUELA	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA_SEMIES TRUTURADA.pdf	19/06/2024 15:40:04	KEILA PINNA VALENSUELA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVR E_E_ESCLARECIDO.pdf	19/06/2024 15:38:11	KEILA PINNA VALENSUELA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Roteiro_de_pesquisa.pdf	19/06/2024 15:36:28	KEILA PINNA VALENSUELA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** Av:Gabriel Esperidião s/n sala 20

**Bairro:** Jardim Morumbi

**CEP:** 87.703-000

**UF:** PR

**Município:** PARANAVAI

**Telefone:** (44)99973-4064

**Fax:** (44)3141-4334

**E-mail:** cep@unespar.edu.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
PARANÁ - UNESPAR



Continuação do Parecer: 6.933.609

PARANAVAI, 05 de Julho de 2024

---

**Assinado por:**  
**Willian Augusto de Melo**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av:Gabriel Esperidião s/n sala 20

**Bairro:** Jardim Morumbi

**CEP:** 87.703-000

**UF:** PR

**Município:** PARANAVAI

**Telefone:** (44)99973-4064

**Fax:** (44)3141-4334

**E-mail:** cep@unespar.edu.br